

DANIEL CARNACCHIONI

Manual de
**DIREITO
CIVIL**

6ª edição
2024



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
OOILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

C288m

Carnacchioni, Daniel

Manual de Direito Civil / Daniel Carnacchioni.
– 6. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

1.504 p.

ISBN: 978-85-5362-027-2 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

2023-3248

CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil
2. Direito civil

347
347

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Lívia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Liana Ganiko Brito

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Rosana Peroni Fazolari
Alanne Maria
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.

Revisão Carmem Becker

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda

Data de fechamento da edição: 20-3-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 72007

CL 808761

CAE 847887

1259692

Sumário

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

**LEI DE INTRODUÇÃO
ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO**

1. Noções gerais	2
2. Vigência da lei	2
3. Obrigatoriedade das leis	3
4. Eficácia da lei no tempo (período de vida da lei – extensão)	4
5. Fontes de direito, interpretação e integração das normas	4
6. Eficácia da lei no espaço (questão territorial) – Regras sobre direito internacional privado.....	5
7. Competência e jurisdição	7
8. Casamento: regras sobre direito espacial	8
9. Relações jurídicas cujo objeto seja imóvel e móvel.....	9
10. Obrigações	9
11. Sucessão	9
12. Prova.....	9
13. O direito público e as inovações	10

1. PARTE GERAL

1.1. Direito civil contemporâneo	16
1.1.1. Introdução	16
1.1.2. Diferença básica entre cláusula geral e conceito jurídico indeterminado	17
1.1.3. Como compreender o direito civil contemporâneo?	18
1.1.4. O direito civil e a transição do estado liberal para o estado social democrático de direito...	18
1.2. Liberalismo e direito civil	19
1.3. Estado social (e democrático de direito) e o direito civil	21
1.4. Princípios constitucionais e sua relevância para o direito civil	22
1.4.1. E o direito civil nesse panorama? Direito civil constitucional	23
1.4.2. Características do direito civil contemporâneo (pós-positivismo)	24
1.4.3. Princípios constitucionais a serem observados nas relações jurídicas em particular	25
1.4.4. Diferença entre regras e princípios	27
1.4.5. Princípio da dignidade da pessoa humana	29
1.4.6. Solidariedade social e igualdade substancial	31
1.4.7. Paradigmas do direito civil contemporâneo	32
1.4.7.1. Reflexões sobre a lógica de “justiça” incorporada pelo Código Civil de 2002....	33
1.4.8. Direito civil e os tratados e convenções internacionais (controle de convencionalidade)	33
1.4.9. O direito civil e o estado de coisas inconstitucionais	34
1.5. Teoria geral da personalidade civil da pessoa humana	34
1.5.1. Noções gerais sobre a personalidade da pessoa humana	34
1.5.2. Evolução da ideia de pessoa e personalidade	36
1.5.3. Personalidade e capacidade jurídica: de direito e de fato	37

1.5.4.	Aquisição e início da personalidade jurídica da pessoa humana.....	39
1.5.5.	Nascituro e embrião – Personalidade jurídica.....	44
1.6.	Teoria geral da capacidade jurídica da pessoa humana: capacidade de direito e capacidade de fato... ..	46
1.6.1.	Noções gerais sobre capacidade de direito.....	46
1.6.2.	Capacidade de fato (exercício) – Noções gerais.....	47
1.6.2.1.	Teoria da incapacidade no CC e as pessoas com deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	48
1.6.2.2.	Convenção de Nova Iorque e as Pessoas com Deficiência – Repercussão na legislação brasileira e impacto na teoria da incapacidade e reflexões sobre a Lei das Pessoas com Deficiência.....	51
1.6.2.3.	Pessoa com deficiência e proteção.....	52
1.6.3.	Capacidade de fato e sua nova concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade formal e material sob a perspectiva do Código Civil.....	53
1.6.3.1.	Incapacidade material.....	53
1.6.3.2.	Incapacidade formal – arts. 3º e 4º do CC.....	55
1.6.3.3.	Incapacidade formal absoluta.....	55
1.6.3.4.	Incapacidade formal relativa.....	60
1.6.4.	Proteção dos incapazes – Disposições específicas do Código Civil.....	65
1.6.4.1.	Benefício de restituição.....	66
1.6.5.	Incapacidade e legitimação. Diferenças.....	67
1.6.6.	Cessação da incapacidade e emancipação.....	68
1.7.	Término da personalidade civil e registo da pessoa natural.....	73
1.7.1.	Noções preliminares sobre o término da personalidade civil.....	73
1.7.1.1.	Morte real.....	74
1.7.1.2.	Morte presumida sem decretação de ausência.....	74
1.7.2.	Comoriência.....	76
1.7.3.	Registro público e pessoa natural. Questões sobre estado.....	76
1.8.	Término da personalidade civil e ausência.....	77
1.8.1.	Considerações preliminares sobre o instituto da ausência.....	77
1.8.2.	Conceito de ausência.....	77
1.8.3.	Fases da ausência – procedimento.....	79
1.8.3.1.	Curadoria dos bens do ausente – 1ª fase.....	79
1.8.3.1.1.	Procedimento da primeira fase.....	79
1.8.3.1.1.1.	Requisitos para a declaração de ausência.....	79
1.8.3.1.1.2.	Curador.....	79
1.8.3.1.1.3.	Providências na fase de curadoria.....	80
1.8.3.1.1.4.	Cessação da fase de curadoria.....	81
1.8.3.2.	Fase da sucessão provisória – 2ª fase.....	81
1.8.3.3.	Fase da sucessão definitiva – 3ª fase.....	87
1.8.4.	Hipótese especial de sucessão definitiva.....	89
1.8.5.	Efeitos extrapatrimoniais da sucessão definitiva.....	90
1.9.	Teoria dos direitos da personalidade da pessoa humana.....	91
1.9.1.	Considerações preliminares.....	91
1.9.2.	Evolução dos direitos da personalidade – Origem histórica.....	93
1.9.3.	Conceito dos direitos da personalidade.....	95
1.9.4.	Objeto dos direitos da personalidade.....	96
1.9.5.	Fontes dos direitos de personalidade.....	97
1.9.6.	Características dos direitos da personalidade.....	98
1.9.6.1.	Indisponíveis e irrenunciáveis.....	98
1.9.6.2.	Absolutos.....	100
1.9.6.3.	Extrapatrimoniais.....	101
1.9.6.4.	Imprescritíveis.....	101
1.9.6.5.	Inatos.....	102
1.9.6.6.	Vitalicios e impenhoráveis.....	102
1.9.6.7.	Ampla tutela.....	102
1.9.7.	Direitos da personalidade, eficácia horizontal e liberdades públicas.....	105

1.9.8.	Direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	107
1.9.9.	Classificação dos direitos da personalidade	107
1.9.9.1.	Classificação – Direito à vida e integridade física.....	107
1.9.9.1.1.	A questão dos transplantes	108
1.9.9.1.2.	A “indicação” médica e o transexual	109
1.9.9.1.3.	Integridade física e as cirurgias estéticas.....	110
1.9.9.1.4.	Esterilização	110
1.9.9.1.5.	<i>Wannabes</i> e experiência científica com pessoas humanas.....	111
1.9.9.1.5.1.	Gestação em substituição.....	111
1.9.9.1.6.	Integridade física e disposição de parte do corpo morto.....	111
1.9.9.1.7.	Intervenções cirúrgicas e princípio do consentimento informado..	113
1.9.9.2.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito ao nome.....	114
1.9.9.2.1.	Alteração do prenome.....	115
1.9.9.2.2.	Alteração do sobrenome	117
1.9.9.2.3.	Tutela especial do nome.....	119
1.9.9.3.	Classificação dos direitos da personalidade – Integridade moral – Imagem e honra	120
1.9.9.4.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito à intimidade e vida privada..	123
1.10.	Marco Civil da Internet – Lei n. 12.965/2014.....	128
1.10.1.	Introdução	128
1.10.2.	Direitos e garantias dos usuários	128
1.10.3.	Diferenças fundamentais entre “provedor de conexão” e “provedor de aplicação” para fins de responsabilidade civil.....	128
1.10.3.1.	Responsabilidade pela guarda dos registros de conexão e dos registros de aplicação na internet.....	129
1.10.4.	Responsabilidade civil dos provedores de conexão e dos provedores de aplicação em relação a conteúdo gerado por terceiro.....	130
1.11.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal n. 13.709/2018).....	130
1.12.	Pessoa jurídica – teoria geral.....	132
1.12.1.	Noção geral – teoria geral e princípios	132
1.12.2.	Origem. Evolução da pessoa jurídica como conceito e sujeito de direito.....	135
1.12.3.	Existência e natureza da pessoa jurídica. Teorias.....	137
1.12.3.1.	Teoria da ficção legal.....	137
1.12.3.2.	Teoria da realidade objetiva ou orgânica (principal teoria da corrente realista) ..	138
1.12.3.3.	Teoria da realidade técnica.....	138
1.12.3.4.	Teoria institucional	139
1.12.4.	Conceito de pessoa jurídica.....	140
1.12.5.	Requisitos ou pressupostos para a existência da pessoa jurídica (fases para a constituição). Aquisição da personalidade jurídica.....	140
1.12.6.	Personalidade e efeitos	143
1.12.6.1.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica no âmbito contratual e extracontratual.....	144
1.12.6.1.1.	Teoria <i>ultra vires</i> e teoria da aparência. Análise do art. 47 do CC em confronto com essas teorias	145
1.12.6.1.2.	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.....	147
1.12.6.1.3.	Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.....	150
1.12.7.	Pessoa jurídica. Direitos que decorrem da personalidade e a teoria do dano institucional ..	151
1.12.8.	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código Civil	153
1.12.8.1.	Terminologia e conceito.....	154
1.12.8.2.	Evolução da teoria <i>disregard doctrine</i>	155
1.12.8.3.	Teoria maior e teoria menor da desconsideração.....	156
1.12.8.4.	Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil – Art. 50.....	158
1.12.8.5.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a questão da responsabilidade direta dos administradores. Análise crítica.....	163
1.12.8.6.	O incidente da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	164
1.12.9.	Modificação e extinção da pessoa jurídica	166
1.12.10.	Classificação das pessoas jurídicas.....	167

1.12.10.1.	Pessoas jurídicas de direito público externo e interno.....	167
1.12.10.1.1.	Autarquias, associações públicas e outras entidades de caráter público, criadas por lei.....	167
1.12.10.2.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	169
1.12.10.2.1.	Associações.....	170
1.12.10.2.2.	Fundação privada (noção geral).....	175
1.12.10.2.3.	Sociedades empresárias e simples.....	180
1.12.10.2.4.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	182
1.12.10.3.	Entes despersonalizados.....	182
1.13.	Do domicílio.....	183
1.13.1.	Considerações preliminares. Conceito de domicílio.....	183
1.13.1.1.	Elementos do domicílio, segundo a definição legal.....	184
1.13.1.2.	Domicílio da pessoa natural. Pluralidade.....	185
1.13.1.3.	Domicílio desvinculado da residência.....	185
1.13.2.	Mudança ou alteração do domicílio.....	186
1.13.3.	Domicílio necessário e legal.....	186
1.13.4.	Domicílio das pessoas jurídicas.....	187
1.13.5.	Domicílio de eleição.....	188
1.14.	Teoria dos bens jurídicos – objeto de direitos.....	189
1.14.1.	Sistematização dos bens no Código Civil.....	189
1.14.1.1.	Compreensão da teoria dos bens jurídicos – Qual a justificativa de uma classificação?.....	190
1.14.2.	Análise dos termos: bem jurídico e coisa.....	192
1.14.3.	Definição de bem jurídico. Conceito.....	193
1.14.4.	Estrutura do objeto da relação jurídica.....	194
1.14.5.	Disciplina dos bens corpóreos e incorpóreos.....	195
1.14.6.	A questão do patrimônio.....	196
1.14.7.	Classificação dos bens no Código Civil – bens em si considerados; bens reciprocamente considerados e bens públicos e privados.....	199
1.14.7.1.	Os bens em si considerados.....	200
1.14.7.1.1.	Bens imóveis e bens móveis.....	200
1.14.7.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	205
1.14.7.1.3.	Bens consumíveis.....	206
1.14.7.1.4.	Bens divisíveis e bens indivisíveis.....	207
1.14.7.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	208
1.14.7.1.6.	Bens fora de comércio.....	209
1.14.7.2.	Os bens reciprocamente considerados.....	210
1.14.7.2.1.	Análise dos bens principais e acessórios. Características.....	210
1.14.7.2.2.	Pertencas. Conceito. Natureza e regime jurídico.....	214
1.14.8.	Bens públicos e bens privados.....	220
1.14.9.	Bem de família.....	223
1.15.	Teoria geral do fato jurídico.....	223
1.15.1.	Noções preliminares.....	223
1.15.1.1.	Teoria do fato jurídico e os planos da existência, validade e eficácia.....	225
1.15.2.	Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo.....	226
1.15.2.1.	Fato jurídico em sentido estrito.....	227
1.15.2.2.	Ato-fato jurídico.....	228
1.15.2.3.	Ações humanas – Lícitas (ato jurídico em sentido amplo) e ilícitas.....	230
1.15.2.3.1.	Ato jurídico em sentido estrito.....	231
1.15.2.3.2.	Teoria do negócio jurídico – Considerações preliminares.....	232
1.15.2.3.3.	Interpretação do negócio jurídico e o silêncio.....	243
1.16.	Teoria da representação.....	256
1.16.1.	Noções preliminares.....	256
1.16.2.	Conceito de representação.....	256
1.16.3.	Representação própria e representação imprópria (interesses e interposição).....	257
1.16.4.	Representação aparente e a questão do poder na representação.....	259

1.16.5.	Espécies de representação – legal e convencional.....	260
1.16.6.	Representação convencional e teoria da separação.....	263
1.16.7.	Representação e contrato consigo mesmo	265
1.16.8.	Conflito de interesses entre representante e representado	266
1.17.	Elementos acidentais do negócio jurídico (condição, termo e encargo).....	266
1.17.1.	Considerações preliminares.....	266
1.17.2.	Condição – arts. 121 a 130	267
1.17.2.1.	Condição e licitude – condições ilícitas e proibidas.....	269
1.17.2.2.	Condição e possibilidade.....	270
1.17.2.3.	Condição – modo de atuação – suspensiva e resolutiva.....	271
1.17.3.	Termo	275
1.17.4.	Encargo – arts. 136 e 137	276
1.18.	Teoria dos defeitos do negócio jurídico	277
1.18.1.	Introdução	277
1.18.2.	Erro ou ignorância – arts. 138 a 144 do CC.....	278
1.18.2.1.	Erro de direito.....	281
1.18.2.2.	Erro-vício e erro-obstáculo	282
1.18.2.3.	Erro e vício redibitório.....	283
1.18.2.4.	Erro e motivo – o problema do falso motivo	283
1.18.2.5.	Transmissão errônea da vontade	283
1.18.2.6.	Erro não prejudicial à validade do negócio.....	284
1.18.3.	Dolo – arts. 145 a 150 do CC	284
1.18.3.1.	Dolo principal e dolo acidental.....	285
1.18.3.2.	Dolo positivo e dolo negativo.....	286
1.18.3.3.	Dolo do próprio interessado e dolo de terceiro.....	286
1.18.3.4.	Dolo do representante legal e convencional.....	287
1.18.3.5.	Dolo bilateral ou recíproco.....	287
1.18.4.	Coação – arts. 151 a 155 do CC.....	288
1.18.4.1.	Coação exercida por terceiro.....	290
1.18.5.	Lesão – art. 157 do CC	291
1.18.5.1.	Introdução.....	291
1.18.5.2.	Evolução e história da lesão até sua introdução na legislação civil.....	291
1.18.5.2.1.	Lesão no Código de Defesa do Consumidor	292
1.18.5.3.	Princípios e fundamentos da lesão	293
1.18.5.4.	Espécies de lesão.....	293
1.18.5.4.1.	Lesão civil – art. 157 do CC.....	294
1.18.5.5.	Lesão e contratos aleatórios	296
1.18.5.6.	Efeitos da lesão e princípio da conservação ou preservação do negócio jurídico.....	297
1.18.5.7.	Momento da lesão	298
1.18.6.	Estado de perigo – art. 156 do CC.....	299
1.18.7.	Fraude contra credores – arts. 158 a 165 do CC	301
1.18.7.1.	Considerações preliminares	301
1.18.7.2.	Elementos da fraude contra credores (subjetivo e objetivo)	302
1.18.7.3.	Elementos da fraude e natureza dos negócios jurídicos.....	303
1.18.7.4.	Preservação do negócio jurídico em que se caracteriza a fraude.....	304
1.18.7.5.	Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?	304
1.18.7.6.	Processo e ação pauliana – efeitos da ação pauliana	306
1.18.7.7.	Presunção de boa-fé em relação a atos e negócios praticados por devedor insolvente.....	307
1.18.7.8.	Casos específicos de fraude.....	308
1.18.7.9.	Fraude à execução e fraude contra credores – breves considerações.....	308
1.19.	Teoria geral da invalidade do negócio jurídico.....	309

1.19.1.	Considerações preliminares.....	309
1.19.2.	Espécies de invalidade – ato e negócio nulo e anulável – nulidade e anulação – regimes jurídicos.....	312
1.19.2.1.	Ato ou negócio jurídico nulo – regime jurídico.....	312
1.19.2.1.1.	Hipóteses legais de nulidade.....	312
1.19.2.2.	Simulação.....	314
1.19.2.2.1.	Considerações preliminares – introdução.....	314
1.19.2.2.2.	Conceito de simulação.....	315
1.19.2.2.3.	Espécies de simulação.....	316
1.19.2.2.4.	Legitimidade.....	317
1.19.2.2.5.	Simulação objetiva e subjetiva e casos específicos de simulação.....	317
1.19.2.2.6.	Tutela aos interesses de terceiro de boa-fé.....	318
1.19.2.2.7.	Simulação e reserva mental.....	319
1.19.2.3.	Legitimidade para arguir a nulidade e reconhecimento de ofício.....	320
1.19.2.4.	Confirmação e convalidação do negócio nulo pelo decurso do tempo.....	320
1.19.2.5.	“Conversão” do negócio jurídico nulo.....	321
1.19.2.6.	Resumo do regime das nulidades.....	323
1.19.3.	Ato ou negócio jurídico anulável – regime jurídico.....	323
1.19.3.1.	Hipóteses legais de anulação.....	324
1.19.3.2.	Legitimidade para anulação e possibilidade de reconhecimento de ofício.....	325
1.19.3.3.	Confirmação ou convalidação do ato ou negócio jurídico anulável.....	325
1.19.3.4.	Prazo para o legitimado requerer a anulação.....	326
1.19.3.5.	Convalidação do ato ou negócio pela autorização posterior de terceiro.....	327
1.19.4.	Invalidade do instrumento e invalidade parcial (redução do negócio jurídico).....	327
1.19.5.	Efeitos do negócio nulo e anulável – nulidade de pleno direito e tutela dos interesses de terceiros de boa-fé.....	328
1.20.	Teoria do ato ilícito e abuso de direito.....	330
1.20.1.	Considerações preliminares sobre o ato ilícito.....	330
1.20.2.	Ato ilícito – elementos – art. 186.....	333
1.20.2.1.	Nexo de causalidade, dano e responsabilidade civil.....	334
1.20.2.2.	Conclusão do ato ilícito.....	334
1.20.3.	Ato ilícito objetivo como fonte de responsabilidade civil.....	336
1.20.4.	Teoria do abuso de direito e ilícito objetivo.....	336
1.20.4.1.	A questão da boa-fé objetiva e da culpa na teoria do abuso de direito.....	339
1.20.4.2.	Casos específicos de abuso de direito.....	340
1.20.4.3.	Proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>), <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>), <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>) e <i>tu quoque</i>	341
1.20.4.3.1.	<i>Supressio</i> – <i>surrectio</i> – <i>tu quoque</i>	342
1.20.4.3.2.	Resumo: abuso de direito.....	344
1.20.5.	Causas excludentes da ilicitude (atos lícitos).....	345
1.21.	Prescrição e decadência.....	346
1.21.1.	Considerações preliminares. Conceito de prescrição e decadência.....	346
1.21.2.	Prescrição.....	347
1.21.2.1.	Requisitos para a caracterização da prescrição.....	351
1.21.2.2.	Exceção e prescrição.....	351
1.21.2.3.	Prescrição e renúncia.....	352
1.21.2.4.	Prazo de prescrição e alteração.....	354
1.21.2.5.	Prescrição e momento para alegação.....	354
1.21.2.6.	Prescrição e responsabilidade civil em favor dos assistidos e da pessoa jurídica.....	355
1.21.2.7.	Prescrição e sucessão.....	356
1.21.2.8.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	356
1.21.2.9.	Causas interruptivas da prescrição e a prescrição intercorrente.....	361
1.21.2.9.1.	Legitimidade para interromper a prescrição e efeitos da interrupção da prescrição.....	367
1.21.2.10.	Prazos de prescrição.....	368
1.21.3.	Decadência.....	372

1.22. Prova do negócio jurídico	374
1.22.1. Considerações preliminares.....	374
1.22.2. Meios de prova do fato jurídico	375
1.22.2.1. Confissão.....	376
1.22.2.2. Documento.....	377
1.22.2.3. Testemunhas	378
1.22.2.4. Presunções	379
1.22.2.5. Perícia.....	380

2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

2.1. Introdução ao direito das obrigações.....	381
2.1.1. Noções gerais	381
2.1.2. Obrigação e novos horizontes.....	384
2.1.3. Direito das obrigações sob a perspectiva constitucional	386
2.1.4. Características do direito das obrigações no novo sistema civil pautado em princípios	387
2.1.5. Obrigação como um processo	387
2.2. Obrigações: estrutura, conceito e características.....	389
2.2.1. Conceito de obrigação no sentido técnico-jurídico	389
2.2.2. Definições doutrinárias sobre obrigação.....	391
2.2.3. Elementos essenciais e estruturais da obrigação (elementos constitutivos da obrigação) ...	391
2.2.3.1. Elemento subjetivo.....	391
2.2.3.2. Elemento objetivo	392
2.2.3.3. Vínculo jurídico.....	394
2.2.3.4. Elementos essenciais e estruturais da obrigação (sujeitos, prestação e vínculo jurídico), agregados aos valores sociais constitucionais que integram o conteúdo da relação obrigacional material.....	394
2.2.4. Obrigação e deveres morais	395
2.2.5. A questão da prisão civil como consequência do não cumprimento da obrigação	395
2.2.6. Superação da dicotomia clássica entre o direito das obrigações e os direitos reais (situações híbridas).....	396
2.2.6.1. Situações híbridas.....	398
2.2.6.1.1. Obrigações <i>propter rem</i>	398
2.2.6.1.2. Ônus reais	398
2.2.6.1.3. Obrigações com eficácia real.....	398
2.2.7. Obrigações <i>propter rem</i>	399
2.2.8. A relação das obrigações com os direitos da personalidade.....	400
2.2.9. Fontes das obrigações	401
2.2.10. Modalidades das obrigações: quanto ao objeto (prestação de coisa e de fatos).....	402
2.2.10.1. Introdução.....	402
2.3. Obrigação de dar coisa certa (prestação de coisa).....	403
2.3.1. Considerações preliminares.....	403
2.3.2. Conceito e características da obrigação de dar coisa certa.....	405
2.3.3. Perda ou deterioração do objeto da prestação de dar coisa certa	406
2.3.3.1. Perda (pericimento) da coisa na obrigação de dar propriamente dita	407
2.3.3.2. Deterioração (pericimento parcial) da coisa na obrigação de dar propriamente dita.....	408
2.3.3.3. A questão da tradição, dos melhoramentos e acréscidos nas obrigações de dar propriamente ditas (transferência de domínio ou transmissão de posse)	409
2.3.3.4. Perda (pericimento) da coisa na obrigação de dar que implica restituição	409
2.3.3.5. Deterioração (pericimento parcial) da coisa na obrigação de dar que implica restituição.....	410
2.3.3.6. Melhoramentos na coisa objeto da prestação na obrigação de restituir.....	411
2.4. Obrigação de dar coisa incerta.....	412
2.4.1. Considerações preliminares.....	412
2.4.1.1. Conceito e características da obrigação de dar coisa incerta	412

2.5. Obrigação de fazer.....	414
2.5.1. Obrigação de fazer – fungíveis e personalíssimas.....	414
2.5.2. Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer, fungível e infungível.....	416
2.6. Obrigação de não fazer.....	417
2.6.1. Obrigação de não fazer e inadimplemento.....	418
2.6.2. Obrigação de não fazer e teoria da mora.....	418
2.7. Classificação das obrigações sob a perspectiva da pluralidade de prestações ou de sujeitos: objetiva e subjetiva.....	419
2.7.1. Introdução sobre a classificação das obrigações – em relação à unicidade ou pluralidade do objeto (simples e complexas) e à pluralidade dos sujeitos.....	419
2.7.2. Classificação em relação ao objeto (objetivamente plurais).....	419
2.7.2.1. Obrigação complexa cumulativa.....	420
2.7.2.2. Obrigação complexa alternativa (ou disjuntiva).....	420
2.7.2.2.1. Escolha para fins de concentração.....	421
2.7.2.2.2. Obrigações alternativas e impossibilidade das prestações.....	423
2.7.2.3. Obrigações complexas facultativas.....	424
2.7.3. Classificação em relação aos sujeitos (obrigações subjetivamente plurais).....	425
2.7.3.1. Obrigação fracionária.....	425
2.7.3.1.1. Obrigações disjuntivas.....	426
2.7.3.2. Disciplina jurídica das obrigações solidárias.....	426
2.7.3.2.1. Solidariedade e presunção.....	428
2.7.3.2.2. Solidariedade ativa.....	428
2.7.3.2.3. Solidariedade passiva.....	431
2.7.3.3. Disciplina jurídica das obrigações divisíveis e indivisíveis.....	436
2.7.3.3.1. Indivisibilidade e consequências: pluralidade de devedores ou de credores.....	438
2.7.3.3.2. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade.....	440
2.8. Classificação das obrigações quanto ao conteúdo e à exigibilidade.....	440
2.8.1. Introdução.....	440
2.8.2. Obrigações de meio, resultado e garantia.....	440
2.8.3. Obrigações civis e obrigações judicialmente inexigíveis (as obrigações naturais).....	441
2.8.4. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.....	442
2.8.4.1. Principais e acessórias.....	442
2.8.4.2. Líquidas e ilíquidas.....	443
2.8.5. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações simples, condicionais, a termo e modais.....	443
2.9. Transmissão das Obrigações – Cessão de Crédito e Assunção de Dívida.....	444
2.9.1. Introdução.....	444
2.9.2. Cessão de crédito.....	445
2.9.2.1. Conceito e noções gerais.....	445
2.9.2.2. Restrições à cessão de crédito.....	445
2.9.2.2.1. Cessão parcial ou total e cessão de acessórios.....	447
2.9.2.2.2. Cessão e formalidade.....	447
2.9.2.2.3. Cessão: natureza jurídica e objeto e o endosso (dualidade de regimes de transmissão de crédito).....	448
2.9.2.2.4. Cessão de crédito e a figura do “devedor” cedido.....	450
2.9.2.2.5. Cessão de crédito e oponibilidade das exceções pessoais.....	452
2.9.2.2.6. Cessão de crédito e responsabilidade do cedente: cessão onerosa e gratuita.....	452
2.9.3. Cessão de débito ou assunção de dívida.....	454
2.9.3.1. Introdução.....	454
2.9.3.2. Conceito e características da assunção de obrigação.....	455
2.9.3.3. Natureza jurídica da assunção de dívida.....	455
2.9.3.4. Assunção de dívida: modalidades e dinamismo.....	456
2.9.3.4.1. Assunção cumulativa.....	456
2.9.3.4.2. Assunção liberatória.....	457

2.9.3.5.	Assunção de dívida e a questão da extinção das garantias (restrita à assunção liberatória).....	459
2.9.3.6.	Substituição do devedor e invalidação da assunção.....	460
2.9.3.7.	Assunção e exceções pessoais a serem opostas ao credor pelo novo devedor....	461
2.9.3.8.	Assunção e aquisição de imóvel hipotecado.....	461
2.9.3.9.	Diferença entre a cessão de contrato (cessão de posição contratual) e os modos tradicionais de transmissão de obrigações (cessão de crédito e assunção de dívida).....	462
2.10.	Teoria do adimplemento	463
2.10.1.	Introdução. Pressupostos subjetivos e objetivos do pagamento.....	463
2.10.1.1.	Introdução.....	463
2.10.1.2.	Natureza jurídica do adimplemento	464
2.10.1.3.	Teoria do adimplemento substancial.....	464
2.10.1.4.	Pressupostos subjetivos e objetivos para eficácia do adimplemento.....	465
	2.10.1.4.1. Pressupostos subjetivos.....	465
	2.10.1.4.2. Pressupostos objetivos.....	471
2.10.2.	Pagamento indireto ou especial. Modalidades: Consignação em pagamento. Sub-rogação. Dação em pagamento. Imputação de pagamento. Novação. Compensação. Remissão	489
2.10.2.1.	Introdução.....	489
2.10.2.2.	Consignação em pagamento	490
	2.10.2.2.1. Introdução e conceito	490
	2.10.2.2.2. Natureza jurídica da consignação	490
	2.10.2.2.3. Direito subjetivo de consignar e obrigação como processo	491
	2.10.2.2.4. Objeto a ser consignado e consignação judicial e extrajudicial	491
	2.10.2.2.5. Pressupostos para eficácia da consignação e sua equiparação a pagamento	493
	2.10.2.2.6. Pressupostos objetivos e subjetivos para a equiparação da consignação a pagamento	493
	2.10.2.2.7. Consignação e prazo	495
	2.10.2.2.8. Consignação e lugar.....	496
	2.10.2.2.9. Hipóteses legais de consignação (ausência de cooperação ou segurança)	496
	2.10.2.2.10. Consequência da consignação e efeitos do depósito	498
	2.10.2.2.11. Depósito e questões processuais relevantes	499
2.10.2.3.	Pagamento com sub-rogação.....	502
	2.10.2.3.1. Introdução	502
	2.10.2.3.2. Natureza jurídica da sub-rogação e efeitos.....	503
	2.10.2.3.3. Espécies de sub-rogação.....	504
	2.10.2.3.4. Principal efeito da sub-rogação legal e da convencional.....	508
	2.10.2.3.5. Limites da sub-rogação e caráter especulativo.....	508
	2.10.2.3.6. Sub-rogação parcial.....	509
2.10.2.4.	Imputação de pagamento	510
	2.10.2.4.1. Introdução	510
	2.10.2.4.2. Requisitos para a imputação de pagamento	510
	2.10.2.4.3. Espécies de imputação (Quem pode imputar?).....	512
2.10.2.5.	Dação em pagamento.....	513
	2.10.2.5.1. Introdução	513
	2.10.2.5.2. Requisitos da dação em pagamento	514
	2.10.2.5.3. Dação em pagamento e dação em cumprimento	515
	2.10.2.5.4. Dação em pagamento e compra e venda.....	515
	2.10.2.5.5. Dação em pagamento e títulos de crédito	515
	2.10.2.5.6. Dação em pagamento e evicção	516
2.10.2.6.	Novação.....	516
	2.10.2.6.1. Introdução	516
	2.10.2.6.2. Conceito.....	517
	2.10.2.6.3. Requisitos para a caracterização da novação	517
	2.10.2.6.4. Espécies de novação.....	520

2.10.2.6.5.	Efeitos da novação.....	521
2.10.2.7.	Compensação.....	522
2.10.2.7.1.	Introdução.....	522
2.10.2.7.2.	Espécies de compensação.....	523
2.10.2.7.3.	Pressupostos para a compensação legal.....	523
2.10.2.7.4.	Impossibilidade da compensação legal devido à causa.....	526
2.10.2.7.5.	Regras especiais sobre a compensação.....	526
2.10.2.8.	Confusão.....	527
2.10.2.9.	Remissão.....	528
2.10.2.9.1.	Requisitos para a remissão.....	528
2.10.2.9.2.	Formalidades da remissão.....	528
2.10.2.9.3.	Remissão expressa e tácita, gratuita e onerosa.....	528
2.10.2.9.4.	Remissão limitada à garantia da dívida.....	529
2.10.2.9.5.	Remissão e solidariedade.....	529
2.11.	Teoria do inadimplemento – Parte I.....	529
2.11.1.	O inadimplemento e a obrigação como processo.....	529
2.11.2.	A questão da obrigação e os deveres jurídicos.....	530
2.11.3.	A teoria do inadimplemento e o ato ilícito.....	531
2.11.4.	O inadimplemento e a causa: a questão da imputabilidade.....	531
2.11.5.	Espécies de Inadimplemento.....	532
2.11.5.1.	Inadimplemento absoluto; relativo (teoria da mora) e violação positiva do contrato (princípio da boa-fé objetiva).....	532
2.11.5.2.	Inadimplemento absoluto.....	533
2.11.5.3.	Inadimplemento relativo.....	534
2.11.5.3.1.	Conceito e caracterização da mora e a mora solvendi (devedor).....	535
2.11.5.3.2.	Exigibilidade da prestação e constituição em mora.....	537
2.11.5.3.3.	Efeitos da mora do devedor ou mora solvendi.....	539
2.11.5.3.4.	Mora do credor ou <i>mora accipiendī</i> : caracterização e efeitos.....	541
2.11.5.3.5.	Purgação e cessação da mora.....	542
2.11.5.4.	O inadimplemento imputável e o inadimplemento fortuito.....	543
2.11.5.5.	A violação positiva do contrato como espécie do gênero inadimplemento.....	545
2.12.	Teoria do inadimplemento – Parte II.....	546
2.12.1.	Introdução.....	546
2.12.2.	Perdas e danos: noção geral.....	547
2.12.2.1.	Elementos constitutivos das perdas e danos: dano emergente e lucro cessante – dano material ou dano patrimonial.....	548
2.12.2.2.	A teoria da perda de uma chance.....	549
2.12.2.3.	As perdas e danos e as obrigações de prestar dinheiro: disciplina específica.....	551
2.12.2.4.	Dano moral: conceito (o tema também será analisado no capítulo que trata da responsabilidade civil).....	552
2.12.2.4.1.	Dano moral decorrente de inadimplemento contratual.....	553
2.12.2.4.2.	Cumulação do dano moral com dano material.....	554
2.12.2.4.3.	Dano moral e dano estético.....	554
2.12.2.4.4.	Dano moral coletivo: possibilidade?.....	555
2.12.2.4.5.	Arbitramento e finalidade do dano moral – critérios e requisitos... ..	556
2.12.3.	As perdas e danos e as teorias sobre nexo de causalidade.....	558
2.12.3.1.	A questão da solidariedade na responsabilidade contratual.....	561
2.12.4.	A teoria dos juros de mora de mora no Código Civil.....	562
2.12.4.1.	Os juros e a questão da prova do prejuízo.....	564
2.12.4.2.	Juros moratórios e incidência.....	564
2.12.5.	A teoria da cláusula penal: conceito e introdução.....	565
2.12.5.1.	Introdução.....	565
2.12.5.2.	Natureza jurídica da cláusula penal.....	565
2.12.5.2.1.	Caráter acessório da cláusula penal.....	566
2.12.5.3.	Hipótese de incidência da cláusula penal – A questão da culpa.....	567
2.12.5.4.	Cláusula penal – Inadimplemento absoluto e relativo – Total e parcial.....	568
2.12.5.5.	Cláusula penal – Espécies – Compensatória e moratória.....	569

2.12.5.5.1.	Cláusula penal compensatória	569
2.12.5.5.2.	Cláusula penal moratória	571
2.12.5.6.	Limites da cláusula penal.....	571
2.12.5.7.	Redução equitativa e a função social da cláusula penal.....	573
2.12.5.8.	Cláusula penal e a divisibilidade ou indivisibilidade da obrigação.....	576
2.12.5.9.	Cláusula penal e vinculação a prejuízo	577
2.12.5.10.	Cláusula penal e indenização suplementar	578
2.12.5.11.	Cláusula penal e institutos afins	579
2.12.6.	Arras.....	580
2.12.6.1.	Introdução.....	580
2.12.6.2.	Espécies de arras: confirmatórias e penitenciais	581
2.12.6.3.	Crítica à classificação tradicional.....	583
2.12.6.3.1.	Resumo da diferença entre cláusula penal e arras	584
2.12.6.4.	Incorporação imobiliária e teoria do inadimplemento – Inovações da Lei n. 13.786/2018. Introdução	585
2.13.	Teoria da responsabilidade civil	592
2.13.1.	Introdução	592
2.13.1.1.	“Modalidades” ou “espécies” de responsabilidade civil	592
2.13.1.2.	Fonte, origem e causa (que decorram da conduta humana) – responsabilidade civil negocial ou extranegocial.....	593
2.13.1.3.	Responsabilidade subjetiva e objetiva (noção geral)	594
2.13.1.4.	Nexo de causalidade.....	595
2.13.1.5.	Teoria dos danos (sistemizada) – danos patrimoniais e extrapatrimoniais (moral, imagem, estético e existencial)	597
2.13.2.	A cláusula geral da responsabilidade civil.....	600
2.13.3.	A responsabilidade civil do incapaz.....	602
2.13.4.	A indenização em favor de terceiro inocente no caso de ato ilícito	602
2.13.5.	Responsabilidade civil e empresas e empresários individuais	603
2.13.6.	Responsabilidade civil por fato de terceiro ou de outrem	603
2.13.7.	Responsabilidade civil e criminal.....	605
2.13.8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	605
2.13.9.	Responsabilidade civil pela cobrança de dívida paga ou vincenda.....	606
2.13.10.	Responsabilidade patrimonial e solidária dos autores e responsáveis	606
2.13.11.	A transmissão da responsabilidade civil para os herdeiros.....	606
2.13.12.	Regras sobre liquidação do dano: indenização.....	607

3. CONTRATOS

3.1.	Noções gerais sobre contrato. Conceito e evolução histórica	610
3.1.1.	Noções gerais do contrato – Considerações preliminares.....	610
3.1.2.	Contrato e teoria geral do fato jurídico.....	611
3.1.3.	Contrato e negócio jurídico.....	612
3.1.4.	Autonomia da vontade e autonomia privada (relevância para a teoria contratual).....	613
3.1.5.	Contrato – Conceito e evolução histórica.....	613
3.1.5.1.	Modelo romano de contrato (tentativa de superação das formalidades).....	613
3.1.5.2.	Modelo do contrato na Idade Média – contrato medieval	614
3.1.5.3.	Modelo liberal – contrato (consagração do consensualismo)	615
3.1.5.4.	Modelo – Estado social e democrático – Contrato.....	617
3.2.	Princípios contratuais – clássicos e contemporâneos.....	620
3.2.1.	Introdução	620
3.2.2.	Autonomia da vontade.....	621
3.2.3.	Obrigatoriedade (<i>pacta sunt servanda</i>)	622
3.2.4.	Relatividade dos contratos.....	623
3.2.5.	Princípio do consensualismo	624
3.2.6.	Princípios contemporâneos (função social dos contratos e boa-fé objetiva – tutela da confiança).....	624
3.2.6.1.	Contrato e o princípio da função social.....	624

3.2.6.2.	A função social como causa do contrato.....	627
3.2.6.3.	A função social e os limites à autonomia privada.....	627
3.2.6.4.	A função social e a sua relação com os princípios clássicos.....	628
3.2.6.5.	Função social: eficácia interna e externa do contrato	629
3.2.6.5.1.	Interesses transindividuais.....	630
3.2.6.5.2.	Terceiro ofendido.....	631
3.2.6.5.3.	Terceiro ofensor.....	632
3.2.6.6.	Princípio da boa-fé objetiva e tutela da confiança como direito fundamental ...	633
3.2.6.7.	<i>Duty to mitigate the own loss</i>	636
3.2.6.8.	Princípio do equilíbrio contratual ou equivalência material.....	637
3.3.	Formação dos contratos paritários. Fases de formação.....	638
3.3.1.	Formação dos contratos – considerações preliminares	638
3.3.1.1.	Negociações preliminares (fase de pontuação).....	640
3.3.1.2.	Proposta.....	641
3.3.1.2.1.	Requisitos da proposta.....	641
3.3.1.2.2.	Proposta ao público.....	641
3.3.1.3.	Proposta e vinculação: regras e exceções.....	643
3.3.1.3.1.	A questão da morte do proponente antes da resposta.....	644
3.3.1.4.	Aceitação	645
3.3.1.4.1.	Aceitação sem eficácia jurídica	646
3.3.1.4.2.	Retratação do aceitante	647
3.3.1.4.3.	Aceitação e contrato entre ausentes	647
3.3.1.5.	Lugar da celebração do contrato.....	649
3.4.	Classificação tradicional dos contratos.....	649
3.4.1.	Classificação dos contratos quanto à formação ou ao momento de aperfeiçoamento.....	649
3.4.1.1.	Contratos consensuais e reais (plano da existência – contratos)	649
3.4.2.	Classificação dos contratos quanto aos efeitos (direitos e deveres das partes): bilaterais, unilaterais e bilaterais imperfeitos	653
3.4.2.1.	Contrato bilateral (plano da eficácia).....	653
3.4.2.2.	Contrato unilateral (plano da eficácia).....	654
3.4.2.3.	Contrato bilateral imperfeito (plano da eficácia).....	654
3.4.2.4.	Distinção entre contratos bilaterais e unilaterais – Relevância.....	655
3.4.3.	Classificação dos contratos quanto à reciprocidade de vantagens e sacrifícios: contratos onerosos e gratuitos ou benéficos	656
3.4.4.	Classificação dos contratos quanto à previsão do resultado: contratos comutativos e aleatórios (plano da eficácia)	658
3.4.4.1.	Contratos comutativos.....	658
3.4.4.2.	Contratos aleatórios	659
3.4.4.2.1.	Contratos aleatórios e origem.....	660
3.4.4.2.2.	Contratos aleatórios e as disposições da teoria geral dos contratos	660
3.4.4.2.3.	Assunção de risco pela existência de coisa ou fato futuro	661
3.4.4.2.4.	Assunção de risco pela quantidade de coisa futura.....	661
3.4.4.2.5.	Contrato aleatório e risco pela existência de coisa atual (plano da validade)	662
3.4.4.2.6.	Questões relevantes sobre os contratos comutativos e aleatórios ...	662
3.4.5.	Classificação dos contratos quanto ao método de contratação: contratos paritários e contratos de adesão.....	663
3.4.6.	Contratos típicos e atípicos (classificação quanto à previsão legal)	666
3.4.7.	Contratos principais e acessórios (ao modo por que existem)	667
3.4.8.	Contratos pessoais (ou <i>intuitu personae</i>) e impessoais.....	668
3.4.9.	Contratos solenes e não solenes (classificação quanto à forma).....	669
3.4.10.	Contratos instantâneos e de longa duração (classificação quanto ao momento de execução)...	670
3.4.11.	Contratos de consumo.....	671
3.5.	Classificação contemporânea dos contratos	674
3.5.1.	Contrato com pessoa a declarar: considerações preliminares.....	674
3.5.2.	Contrato com pessoa a declarar ou da cláusula de reserva	675

3.5.2.1.	Formalidade da nomeação.....	676
3.5.2.2.	Eficácia retroativa da nomeação do terceiro.....	676
3.5.2.3.	Eficácia do contrato apenas entre os contratantes originários.....	677
3.5.3.	Contrato <i>tipo</i>	677
3.5.4.	Contratos individuais, coletivos e acordos normativos.....	678
3.5.5.	Contratos coativos e necessários.....	679
3.5.6.	Contratos relacionais e contratos cativos.....	679
3.5.7.	Contratos derivados.....	681
3.5.8.	Contratos mistos e coligados.....	682
3.5.9.	Contratos existenciais e comunitários.....	686
3.5.10.	Contratos ilícitos.....	686
3.6.	Contrato preliminar – promessa de contrato.....	686
3.6.1.	Introdução e considerações preliminares: evolução histórica e regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro.....	686
3.6.1.1.	Contrato preliminar e contrato definitivo.....	688
3.6.1.2.	Contrato preliminar e natureza jurídica.....	688
3.6.1.3.	Definição de contrato preliminar.....	688
3.6.1.4.	Objeto.....	689
3.6.1.5.	Contrato preliminar e negociações preliminares.....	689
3.6.1.6.	Pressupostos e requisitos.....	689
3.6.1.7.	A questão do contrato preliminar e registro.....	691
3.6.1.8.	O registro e a questão do disposto no art. 1.418 do CC.....	692
3.6.1.9.	Modalidades: contrato preliminar bilateral e contrato preliminar unilateral.....	693
3.6.1.10.	Efeitos jurídicos: adimplemento e inadimplemento.....	693
3.7.	Relatividade dos contratos – estipulação e promessa em favor de terceiro.....	695
3.7.1.	Considerações preliminares.....	695
3.7.2.	Estipulação em favor de terceiro.....	696
3.7.2.1.	Introdução.....	696
3.7.2.2.	Natureza jurídica.....	696
3.7.2.2.1.	Teoria da oferta.....	696
3.7.2.2.2.	Teoria da gestão de negócios.....	697
3.7.2.2.3.	Teoria da declaração unilateral.....	697
3.7.2.2.4.	Teoria do contrato <i>sui generis</i>	697
3.7.2.3.	O Código Civil e a estipulação em favor de terceiro: características do instituto.....	698
3.7.2.4.	Contratos que podem caracterizar estipulação em favor de terceiro.....	700
3.7.3.	Promessa de fato de terceiro.....	700
3.7.3.1.	Introdução.....	700
3.7.3.2.	Natureza jurídica.....	700
3.7.3.3.	Estrutura jurídica da promessa de fato de terceiro.....	700
3.7.3.4.	Hipótese especial de exclusão da responsabilidade do promitente.....	702
3.8.	Contratos e garantias legais. teoria dos vícios redibitórios e teoria da evicção.....	703
3.8.1.	Teoria dos vícios redibitórios.....	703
3.8.1.1.	Considerações preliminares.....	703
3.8.1.2.	Fundamento dos vícios redibitórios e da garantia. Natureza jurídica do instituto.....	704
3.8.1.3.	Elementos constitutivos e conceito de vício redibitório.....	704
3.8.1.4.	Ciência do contratante/alienante a respeito do vício e consequência.....	708
3.8.1.5.	Efeitos dos vícios redibitórios: ações edilícias.....	709
3.8.1.6.	A questão dos vícios redibitórios relativos às coisas adquiridas em hasta pública.....	710
3.8.1.7.	Prazos de decadência legal para as ações edilícias.....	710
3.8.1.8.	Prazos de garantia e de decadência convencional.....	713
3.8.1.9.	Vícios redibitórios: dispositivos específicos.....	713
3.8.1.10.	Vícios redibitórios no CC e no CDC.....	714
3.8.1.11.	Diferença entre erro e vício redibitório.....	715
3.8.2.	Evicção.....	716
3.8.2.1.	Considerações preliminares.....	716

3.8.2.2.	Evicção e teoria geral do contrato (a questão dos contratos onerosos e o contrato de compra e venda)	717
3.8.2.3.	Contorno jurídico da evicção	717
3.8.2.4.	Questão da posse originária e da posse derivada (posse civil e natural) e sua relação com a evicção	718
3.8.2.5.	Conceito e requisitos essenciais para a consumação da evicção	719
3.8.2.6.	A questão da responsabilidade civil do alienante e a cláusula de não indenizar..	721
3.8.2.7.	Responsabilidade do alienante e deterioração da coisa (dissociação entre dolo e culpa).....	723
3.8.2.8.	Evicção e benfeitorias	723
3.8.2.9.	Espécies de evicção: evicção total e parcial	724
3.8.2.10.	Evicção expropriatória e hasta pública.....	725
3.8.2.11.	Aspectos processuais da evicção	725
3.8.2.12.	Evicção lícita e evicção invertida	726
3.8.2.13.	Evicção reivindicatória (resulta de sentença), expropriatória e resolutória (aquisição do vendedor se resolve por estar subordinada a uma condição resolutiva). A evicção no direito sucessório. A evicção e dação em pagamento. A evicção na doação. A evicção no contrato de transação. A evicção no direito empresarial.....	727
3.9.	Extinção dos contratos.....	728
3.9.1.	Introdução – Causas de extinção dos contratos	728
3.9.2.	Causas de extinção dos contratos	728
3.9.2.1.	Adimplemento (causa normal e regular de extinção dos contratos).....	729
3.9.2.2.	Causas de extinção anormal dos contratos, anteriores ou contemporâneas à formação (invalidade, vício redibitório, arrependimento, frustração de condição suspensiva, cláusula resolutiva expressa) e supervenientes à formação (resilição, resolução e falecimento)	729
3.9.2.3.	Resilição (causa anormal de extinção dos contratos, superveniente à formação)	731
3.9.2.4.	Resolução.....	736
3.9.2.5.	Conexão entre inadimplemento e cláusula resolutiva (expressa e tácita).....	740
3.9.2.5.1.	Resolução por alteração das circunstâncias (onerosidade excessiva)	743

4. CONTRATOS EM ESPÉCIE

4.1.	Contrato de compra e venda	750
4.1.1.	Conceito e características.....	750
4.1.2.	Elementos do contrato de compra e venda.....	751
4.1.2.1.	Elementos constitutivos do contrato de compra e venda: coisa, preço e consenso	752
4.1.2.2.	Objeto do contrato de compra e venda.....	752
4.1.3.	Compra e venda: regra especial que se realiza à vista de amostras, protótipos ou modelos	752
4.1.4.	Compra e venda e fixação do preço sob a responsabilidade de terceiro.....	753
4.1.5.	Compra e venda e preço: disposição específica	753
4.1.6.	Nulidade do contrato de compra e venda em razão de cláusula puramente potestativa	754
4.1.7.	Responsabilidade pelas despesas no contrato de compra e venda.....	754
4.1.8.	Contrato de compra e venda à vista.....	755
4.1.9.	Compra e venda e a responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	755
4.1.10.	Insolvência do comprador e possibilidade de sobrestamento da entrega da coisa	756
4.1.11.	Restrições ao consentimento no contrato de compra e venda.....	756
4.1.11.1.	Venda de ascendente para descendente	756
4.1.11.2.	Compra e venda entre cônjuges	758
4.1.11.3.	As restrições dos arts. 497 e 498 do CC – Compra e venda entre pessoas que administram bens alheios	759
4.1.11.4.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	759
4.1.11.5.	Responsabilidade por débitos pendentes e a questão dos vícios redibitórios em caso de venda de coisas em conjunto (arts. 502 e 503 do CC)	761

4.1.11.6.	Regra especial para a venda de bem indivisível que está em regime de condomínio.....	762
4.1.12.	Cláusulas especiais do contrato de compra e venda	763
4.1.12.1.	Pacto de retrovenda.....	763
4.1.12.1.1.	Consequência da recusa do comprador em receber as quantias para viabilizar o resgate pelo vendedor	764
4.1.12.1.2.	Cessão e transferência do direito de retrato	764
4.1.12.1.3.	Direito de retrato entre condôminos	764
4.1.12.2.	Venda a contento e venda sujeita à prova.....	765
4.1.12.3.	Preempção ou preferência convencional.....	767
4.1.12.3.1.	A questão do condomínio e o direito de prelação em favor de mais de uma pessoa	768
4.1.12.3.2.	As consequências da violação do direito de preferência.....	768
4.1.12.3.3.	O direito de preferência nas desapropriações	769
4.1.12.3.4.	Caráter personalíssimo do direito de preempção.....	769
4.1.12.4.	Da venda com reserva de domínio.....	770
4.1.12.4.1.	Formalização do pacto.....	771
4.1.12.4.2.	A transferência da propriedade e os riscos assumidos pelo comprador	771
4.1.12.4.3.	Consequências do inadimplemento do comprador.....	771
4.1.12.4.4.	Intervenção de instituição financeira	772
4.1.12.5.	Venda sob documentos (arts. 529 a 532 do CC).....	772
4.2.	Contrato de troca ou permuta.....	773
4.2.1.	Conceito e características.....	773
4.2.2.	A permuta e as regras comuns ao contrato de compra e venda	774
4.2.3.	Objeto do contrato de permuta	775
4.2.4.	Natureza jurídica da permuta.....	775
4.3.	Contrato estimatório	776
4.3.1.	Noções gerais	776
4.3.2.	Características e natureza jurídica.....	776
4.3.3.	Natureza jurídica: obrigação alternativa ou facultativa	778
4.3.4.	Efeitos jurídicos quanto aos riscos pelo perecimento ou deterioração da coisa consignada.....	778
4.3.5.	Impenhorabilidade da coisa consignada.....	779
4.3.6.	Indisponibilidade da coisa	779
4.4.	Contrato de doação	780
4.4.1.	Noções gerais sobre o contrato de doação.....	780
4.4.2.	Elementos estruturais do contrato de doação: classificação do contrato de doação.....	781
4.4.2.1.	Características especiais	782
4.4.3.	Aceitação da doação	783
4.4.4.	Formalidade da doação: regra e exceção (análise do art. 541 do CC).....	784
4.4.5.	Doação em contemplação do merecimento do donatário (doação meritória)	785
4.4.6.	Doação remuneratória e doação mista	785
4.4.7.	Doação pura e simples, doação com encargo (modal) e doação condicional.....	787
4.4.8.	Doação ao nascituro e doação em favor do absolutamente incapaz.....	788
4.4.9.	Doação entre ascendentes e descendentes e de um cônjuge a outro: adiantamento de legítima, se a doação for colacionável	789
4.4.10.	Doação em forma de subvenção periódica	790
4.4.11.	Doação feita em contemplação de casamento futuro com pessoa determinada.....	790
4.4.12.	Doação e cláusula de reversão: propriedade resolúvel	791
4.4.13.	Vedações legais à doação: doação universal, doação inoficiosa e doação ao cônjuge adúltero.....	791
4.4.13.1.	Doação universal.....	791
4.4.13.2.	Doação inoficiosa	792
4.4.13.3.	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	793
4.4.14.	Doação em favor de pluralidade de sujeitos (doação conjuntiva) e garantias do doador em relação ao bem doado (evicção e vício redibitório).....	794

4.4.15.	Doação para entidade futura.....	795
4.4.16.	Revogação da doação: causas de revogação	795
4.4.16.1.	Revogação por inexecução de encargo	796
4.4.16.2.	Revogação por ingratidão do donatário.....	797
4.4.17.	Promessa de doação	799
4.4.18.	A doação e cláusulas restritivas apostas pelo doador (impenhorabilidade, inalienabilidade e incomunicabilidade).....	803
4.5.	Contrato de locação de coisas.....	804
4.5.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características.....	804
4.5.1.1.	Elementos essenciais: consentimento, coisa e preço.....	805
4.5.1.1.1.	Coisa	805
4.5.1.1.2.	Preço.....	805
4.5.2.	Obrigações do locador.....	806
4.5.3.	Deterioração da coisa locada no curso do contrato e consequências	807
4.5.4.	Obrigações do locatário.....	808
4.5.5.	Restituição antecipada e direito de retenção.....	809
4.5.6.	Extinção da locação por prazo determinado e prorrogação da locação.....	810
4.5.7.	Alienação da coisa locada durante a locação.....	811
4.5.8.	Transferência da locação para herdeiros do locador e locatário.....	811
4.6.	Contrato de locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245/91).....	812
4.6.1.	Noção geral.....	812
4.6.2.	Ação do locador, denúncia da locação e extinção da locação vinculada a usufruto ou fideicomisso.....	813
4.6.3.	Alienação do bem locado durante a locação	814
4.6.4.	Hipóteses legais de extinção da locação de imóveis urbanos.....	815
4.6.5.	Morte das partes e consequências.....	815
4.6.6.	Dissolução da sociedade conjugal e da união estável e consequências.....	815
4.6.7.	Da cessão da locação e das sublocações.....	816
4.6.8.	Regras sobre o aluguel.....	816
4.6.9.	Deveres do locador e do locatário.....	817
4.6.10.	Direito de preferência.....	819
4.6.11.	As benfeitorias realizadas pelo locatário.....	819
4.6.12.	Das garantias da locação.....	821
4.6.13.	Das nulidades da locação.....	822
4.6.14.	Da locação residencial.....	823
4.6.14.1.	Da locação para temporada.....	823
4.6.15.	Da locação não residencial	824
4.6.16.	Disposições gerais sobre os procedimentos das ações relativas a esta lei.....	825
4.6.16.1.	Despejo.....	826
4.6.16.2.	Da ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	828
4.6.16.3.	Da ação revisional de aluguel.....	828
4.6.16.4.	Da ação renovatória	829
4.6.17.	Regras relevantes.....	830
4.7.	Contrato de comodato e contrato de mútuo (empréstimo).....	830
4.7.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características.....	830
4.7.2.	Do comodato.....	830
4.7.2.1.	Conceito e características	830
4.7.2.1.1.	Infungibilidade do objeto.....	831
4.7.2.1.2.	Gratuidade.....	831
4.7.2.1.3.	Temporiedade.....	832
4.7.2.1.4.	Natureza real do comodato	832
4.7.2.1.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais).....	833
4.7.2.1.6.	Contrato impessoal?	833
4.7.2.2.	Prazo do comodato: outras questões sobre a temporariedade.....	834
4.7.2.3.	Comodato na tutela, curatela e administração em geral	835
4.7.2.4.	Comodatário: obrigações.....	835

4.7.2.4.1.	Obrigação de conservação da coisa.....	835
4.7.2.4.2.	Obrigação de uso de acordo com a natureza do bem e a função do contrato.....	835
4.7.2.4.3.	Obrigação de restituição.....	836
4.7.2.5.	Assunção de risco integral na obrigação de conservação e responsabilidade pelas despesas com a coisa.....	836
4.7.2.6.	Pluralidade de comodatários.....	837
4.7.2.7.	Deveres e obrigações do comodante.....	837
4.7.2.8.	Extinção do comodato.....	838
4.7.3.	Mútuo (empréstimo de coisas fungíveis).....	838
4.7.3.1.	Conceito e noções gerais.....	838
4.7.3.2.	Características e classificação do mútuo.....	838
4.7.3.2.1.	Transferência da propriedade.....	838
4.7.3.2.2.	Temporiedade (prazo).....	839
4.7.3.2.3.	Coisa móvel e fungível.....	839
4.7.3.2.4.	Natureza real do mútuo.....	839
4.7.3.2.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais).....	840
4.7.3.2.6.	Gratuidade/onerosidade.....	840
4.7.3.3.	Mútuo em favor de menor.....	841
4.7.3.4.	Mútuo e garantia de restituição.....	841
4.7.3.5.	Mútuo feneratício (oneroso).....	842
4.8.	Da prestação de serviços.....	842
4.8.1.	Noções gerais.....	842
4.8.2.	Contrato de prestação de serviços: formalidade e remuneração.....	844
4.8.2.1.	Contrato de prestação de serviços: prazo máximo, prazo determinado e prazo indeterminado.....	844
4.8.2.2.	Contrato de prestação de serviços: justa causa e efeitos.....	845
4.8.2.3.	O caráter personalíssimo do contrato de prestação de serviços.....	846
4.8.2.4.	Causas de extinção do contrato de prestação de serviços.....	847
4.8.2.5.	Aliciamento de terceiros ofensores.....	848
4.9.	Empreitada.....	849
4.9.1.	Noções gerais, conceito e características.....	849
4.9.1.1.	Empreitada: espécies e efeitos.....	849
4.9.1.2.	Empreitada por preço certo, por medida e por administração.....	850
4.9.1.3.	Conclusão da obra: dever de recebimento e direito de rejeição.....	851
4.9.1.4.	Responsabilidade do empreiteiro quanto aos materiais inutilizados por sua culpa.....	851
4.9.1.5.	A responsabilidade civil do empreiteiro na empreitada de edifícios e outras construções consideráveis.....	851
4.9.1.6.	Cláusula de reajustamento na empreitada por preço certo.....	853
4.9.1.7.	Possibilidade de revisão do preço.....	853
4.9.1.8.	Modificação do projeto da obra pelo seu proprietário.....	853
4.9.1.9.	Subempreitada.....	854
4.9.1.10.	A suspensão da obra pelo dono e o empreiteiro e os efeitos.....	854
4.9.1.11.	Extinção da empreitada em decorrência de morte do empreiteiro.....	855
4.10.	Contrato de depósito.....	855
4.10.1.	Noções gerais e características.....	855
4.10.2.	Local de restituição da coisa e responsabilidade pelas despesas de restituição.....	858
4.10.3.	Depósito no interesse de terceiro.....	858
4.10.4.	Depósito judicial em caso de recusa do depositário quanto ao recebimento da coisa.....	859
4.10.5.	Perda da coisa depositada e responsabilidade do depositário (teoria dos riscos no depósito).....	859
4.10.6.	Dever de restituição e herdeiros.....	859
4.10.7.	Restituição obrigatória como dever principal.....	860
4.10.8.	Pluralidade de depositantes e divisibilidade da coisa depositada.....	860
4.10.9.	Proibições ao depositário quanto a uso e subcontratação.....	860

4.10.10. Incapacidade do depositário	861
4.10.11. Responsabilidade do depositário pelos casos de força maior.....	861
4.10.12. Obrigação do depositante pelas despesas da coisa e prejuízos que do depósito provierem	861
4.10.13. Depósito e direito de retenção do depositário.....	862
4.10.14. Depósito irregular	862
4.10.15. Espécies de depósito.....	862
4.10.16. Depósito e prisão civil.....	864
4.10.17. Responsabilidade do depositário na guarda de veículos	864
4.11. Contrato de mandato.....	865
4.11.1. Noções gerais, conceito e natureza jurídica	865
4.11.2. Formalidades do mandato: mandato expresso, tácito, verbal e escrito. Sujeição da forma ao ato.....	867
4.11.3. Mandato: onerosidade e gratuidade.....	867
4.11.4. Modalidades de mandato: geral e especial.....	868
4.11.5. Atos praticados pelo mandatário sem poderes ou com excesso de poderes – o mandato aparente.....	868
4.11.6. A vinculação do mandante aos atos praticados pelo mandatário, a prática de atos em nome próprio e o excesso de poderes do mandatário.....	869
4.11.7. O mandato e o direito de retenção.....	870
4.11.8. Obrigações do mandatário.....	871
4.11.9. Obrigações do mandante.....	872
4.11.10. Causas de extinção do mandato (art. 682 do CC).....	873
4.11.11. O mandato em causa própria	875
4.11.12. Mandato judicial.....	877
4.12. Contrato de comissão.....	877
4.12.1. Noções gerais, conceito e características.....	877
4.12.2. Obrigações do comissário.....	878
4.12.3. Responsabilidade do comissário pela solvência do terceiro e cláusula <i>del credere</i>	878
4.12.4. Dilação de prazo para pagamentos.....	878
4.12.5. A remuneração do comissário.....	879
4.12.6. Possibilidade de o comitente alterar as ordens e instruções dadas ao comissário.....	879
4.12.7. A demissão do comissário sem justa causa e os efeitos quanto à remuneração.....	879
4.12.8. O contrato de comissão e os juros recíprocos.....	879
4.12.9. Natureza do crédito do comissário e direito de retenção.....	879
4.12.10. Regras subsidiárias ao contrato de comissão.....	880
4.13. Contrato de agência e distribuição	880
4.13.1. Noções gerais, conceito e características.....	880
4.13.2. A questão da “exclusividade” dos contratos de agência e distribuição.....	881
4.13.3. Obrigação do agente.....	881
4.13.4. Responsabilidade pelas despesas com a agência ou distribuição.....	881
4.13.5. Remuneração do agente ou distribuidor.....	881
4.13.6. Indenização ao agente ou distribuidor por fato imputável ao proponente.....	882
4.13.7. A rescisão do contrato de agência e distribuição por prazo indeterminado e a relação com a teoria do abuso de direito.....	882
4.13.8. Regras subsidiárias ao contrato de agência e distribuição.....	883
4.14. Contrato de corretagem.....	883
4.14.1. Noções gerais, conceito e características.....	883
4.14.2. Obrigações do corretor.....	883
4.14.3. A remuneração do corretor.....	884
4.14.4. O contrato de corretagem e a compatibilidade com outras normas.....	884
4.15. Contrato de transporte	884
4.15.1. Noções gerais, conceito e características.....	884
4.15.2. Transporte de pessoas – regras gerais	886
4.15.3. Transporte gratuito	887
4.15.4. Horários e responsabilidade civil.....	887
4.15.5. Recusa de passageiros.....	888

4.15.6.	Resolução do contrato de transporte e interrupção da viagem	888
4.15.7.	Retenção da bagagem	888
4.15.8.	Transporte de coisas	888
4.16.	Contrato de seguro	890
4.16.1.	Conceito e noções gerais sobre o contrato de seguro (natureza jurídica)	890
4.16.2.	O contrato de seguro e a prova da constituição (apólice e bilhete de seguro)	892
4.16.3.	A nulidade do contrato de seguro para garantia de risco por ato doloso.....	893
4.16.4.	Efeitos jurídicos da mora do segurado em relação ao prêmio e a possibilidade de purgação	893
4.16.5.	Obrigação do segurado em relação ao prêmio independente da consumação do risco.....	894
4.16.6.	O princípio da boa-fé objetiva como valor referência do contrato de seguro	894
4.16.7.	O seguro à conta de outrem	895
4.16.8.	A perda do direito à indenização em caso de agravamento intencional do risco	895
4.16.9.	O dever de informação decorrente do princípio da boa-fé objetiva quanto ao agravamento do risco	896
4.16.10.	As consequências da redução do risco	897
4.16.11.	O dever de informação sobre a ocorrência do sinistro	897
4.16.12.	Os efeitos jurídicos da mora do segurador	897
4.16.13.	Sanção ao segurador que expede a apólice ciente da consumação do risco	898
4.16.14.	A cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo.....	898
4.16.15.	Os agentes autorizados e os efeitos dos atos por ele praticados.....	898
4.16.16.	A indenização e a cláusula de reposição	899
4.16.17.	Aplicação subsidiária do Código Civil	899
4.16.18.	O seguro de dano.....	899
4.16.19.	O seguro de dano e a possibilidade de transferência.....	901
4.16.20.	A sub-rogação do segurador e os efeitos do pagamento da indenização.....	901
4.16.21.	O seguro de responsabilidade civil como modalidade de seguro de dano.....	902
4.16.22.	Os seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios.....	903
4.16.23.	O seguro de pessoa	904
4.16.24.	O seguro de pessoa como bem intangível	906
4.16.25.	A nulidade do pagamento reduzido do capital estipulado.....	906
4.16.26.	O pagamento do prêmio no seguro de vida.....	907
4.16.27.	Seguro de pessoa para o caso de morte e prazo de carência.....	907
4.16.28.	O seguro de pessoa e a questão do suicídio	908
4.16.29.	Obrigação do segurador quanto à indenização em situações específicas.....	908
4.16.30.	A vedação da sub-rogação no seguro de pessoa.....	909
4.16.31.	O seguro de pessoa coletivo ou em grupo	909
4.16.32.	O contrato de seguro saúde	909
4.17.	Contrato de constituição de renda	910
4.17.1.	Noções gerais e natureza jurídica.....	910
4.17.2.	A constituição de renda onerosa.....	911
4.17.2.1.	Modos de constituição da renda e o caráter temporário.....	911
4.17.3.	A constituição de renda em favor de pessoa falecida ou enferma: nulidade	912
4.17.4.	Inadimplemento do rendeiro e consequências	912
4.17.5.	Periodicidade da renda e a renda constituída em benefício de várias pessoas.....	912
4.17.6.	Impenhorabilidade das rendas.....	913
4.17.7.	Extinção do contrato de constituição de renda	913
4.18.	Contrato de jogo e aposta.....	914
4.18.1.	Noções gerais e natureza jurídica.....	914
4.18.2.	Espécies de jogos	915
4.18.3.	Mútuo para jogo e contratos com títulos em bolsa	916
4.19.	Fiança	916
4.19.1.	Noções gerais	916
4.19.2.	Natureza e características da fiança	917
4.19.3.	Fiança: regras especiais e principais	917
4.19.3.1.	Dispensa do consentimento do fiador.....	917
4.19.3.2.	Garantia de dívida atual ou futura.....	918

4.19.3.3.	Extensão da fiança (limitada ou ilimitada).....	918
4.19.3.4.	Fiança e obrigações nulas.....	918
4.19.3.5.	Fiança e a idoneidade do fiador.....	919
4.19.3.6.	Fiador incapaz ou insolvente.....	919
4.19.3.7.	Efeitos da fiança: benefício de ordem.....	919
4.19.3.8.	Efeitos da fiança: benefício de divisão.....	920
4.19.3.9.	Efeitos da fiança: sub-rogação.....	921
4.19.3.10.	Responsabilidade do devedor pelas perdas e danos do fiador e a questão dos juros do desembolso pela taxa estipulada.....	923
4.19.3.11.	Inércia do credor quanto à execução do fiador: efeitos.....	923
4.19.3.12.	Efeitos da fiança: a exoneração do fiador na fiança sem limitação de tempo e no caso de morte.....	924
4.19.4.	Extinção da fiança.....	924

5. DIREITOS REAIS

5.1.	Direitos reais.....	928
5.1.1.	Introdução.....	928
5.1.2.	Conceito e relação jurídica.....	928
5.1.3.	Evolução histórica.....	929
5.1.4.	Características.....	930
5.1.4.1.	Eficácia absoluta.....	930
5.1.4.2.	Permanência.....	930
5.1.4.3.	Preferência.....	931
5.1.4.4.	Imediatidade.....	931
5.1.4.5.	Sequela.....	931
5.1.4.6.	Taxatividade.....	931
5.2.	Posse.....	931
5.2.1.	Histórico e definição.....	931
5.2.2.	Principais teorias da posse – Subjetiva (<i>Savigny</i>) e Objetiva (<i>Ihering</i>) (uma tentativa de compreender a estrutura do fenômeno possessório) – elementos que integram o conteúdo da posse: <i>corpus</i> e <i>animus</i>	932
5.2.2.1.	Teoria subjetiva clássica (<i>Savigny</i>).....	932
5.2.2.2.	Teoria objetiva (<i>Ihering</i>).....	933
5.2.2.3.	Teoria adotada no Código Civil e a teoria social da posse.....	936
5.2.2.4.	Teorias da posse e o STJ.....	939
5.2.3.	Natureza jurídica da posse.....	940
5.2.4.	A tensão entre as teorias objetiva e social da posse sob a perspectiva do instituto da desapropriação judicial (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC) e a atuação do Ministério Público na posse.....	941
5.2.4.1.	Da desapropriação judicial.....	941
5.2.4.1.1.	Desapropriação judicial e bens públicos.....	945
5.2.4.1.2.	Desapropriação judicial e usucapião coletiva do Estatuto da Cidade.....	945
5.2.4.2.	A posse e o Ministério Público.....	946
5.2.5.	Objeto da posse.....	946
5.2.5.1.	Objeto da posse e bens públicos.....	947
5.2.6.	Desdobramento da posse (posse direta ou indireta).....	948
5.2.7.	Composse (art. 1.199 do CC).....	950
5.2.8.	Detenção (distinção da posse).....	952
5.2.9.	Classificação da posse.....	956
5.2.9.1.	Posse violenta, clandestina e precária (vícios objetivos da posse).....	957
5.2.9.1.1.	Vícios objetivos da posse e características (Relatividade dos vícios e a questão da interservação da posse – temporários).....	959
5.2.9.1.2.	Vícios subjetivos da posse (posse de boa-fé e posse de má-fé).....	962
5.2.9.1.3.	Vício subjetivo da posse e alteração do caráter.....	963
5.2.9.1.4.	Classificação da posse: posse <i>ad interdicta</i> e <i>ad usucapionem</i>	964

5.2.10.	Classificação, perda e transmissão da posse.....	965
5.2.10.1.	Posse originária e posse derivada.....	965
5.2.10.2.	Constituto possessório	966
5.2.11.	O exercício dos poderes de fato por ato próprio ou por terceiro (art. 1.205 do CC).....	967
5.2.12.	Transmissão da posse e acessão de posse	970
5.2.13.	Presunção dos móveis na posse de imóvel	971
5.2.14.	Efeitos da posse.....	971
5.2.14.1.	Introdução.....	971
5.2.14.2.	Proteção possessória – 1º efeito da posse: interditos possessórios e autodefesa (tutela e defesa da posse).....	972
5.2.14.3.	Interditos possessórios	973
5.2.14.3.1.	Proteção possessória por meio dos interditos	973
5.2.14.3.2.	Posse nova e posse velha: Questão de direito material ou processual?	975
5.2.14.3.3.	Exceção de domínio e tutela possessória.....	976
5.2.14.3.4.	A questão da melhor posse.....	979
5.2.14.3.5.	Breves anotações sobre o procedimento das ações possessórias ...	979
5.2.14.4.	Direito à percepção dos frutos	981
5.2.14.5.	Efeitos da posse: benfeitorias e o direito de retenção.....	983
5.2.14.6.	Responsabilidade civil por danos: perda ou deterioração da coisa possuída.....	986
5.2.14.7.	Usucapião (noções gerais como efeito da posse).....	987
5.2.15.	Perda da posse.....	987
5.2.15.1.	Abandono da coisa.....	987
5.2.15.2.	Tradição	988
5.2.15.3.	Perda ou destruição da coisa possuída	988
5.2.15.4.	Constituto possessório	989
5.2.15.5.	Posse de ourem.....	989
5.2.15.6.	A perda da posse e a ausência do possuidor.....	989
5.3.	Propriedade	990
5.3.1.	Introdução	990
5.3.2.	Considerações preliminares e evolução histórica.....	990
5.3.3.	Fundamento e legitimidade da propriedade (função social). As três acepções da propriedade contemporânea (propriedade como garantia, acesso e função social)	991
5.3.4.	Propriedade funcionalizada e patrimônio coletivo.....	993
5.3.5.	Conceito de propriedade (análise estrutural e funcional).....	993
5.3.6.	Propriedade e domínio.....	995
5.3.7.	Faculdades do proprietário (uso, gozo, disposição e reivindicação)	996
5.3.7.1.	Direito de usar (<i>ius utendi</i>).....	996
5.3.7.2.	Direito de gozo ou fruição (<i>ius fruendi</i>).....	996
5.3.7.3.	Direito de disposição (<i>ius abutendi</i>).....	997
5.3.7.4.	Direito de reivindicar (<i>rei vindicatio</i>).....	997
5.3.7.5.	O domínio no âmbito da propriedade e da posse: conexões.....	998
5.3.8.	A propriedade e a teoria dos atos emulativos (abuso de direito).....	998
5.3.8.1.	A teoria do abuso de direito (ilícito objetivo) no art. 187 do CC.....	1000
5.3.9.	Atributos da propriedade.....	1000
5.3.9.1.	Introdução.....	1000
5.3.9.2.	Principais atributos da propriedade	1001
5.3.9.2.1.	Exclusividade (a questão dos terceiros).....	1001
5.3.9.2.2.	Perpetuidade.....	1002
5.3.9.2.3.	Elasticidade.....	1003
5.3.9.2.4.	Multipropriedade (<i>time sharing</i>) – Lei n. 13.777/2018	1004
5.3.9.3.	Objeto da propriedade: bens corpóreos e incorpóreos (propriedade intelectual)	1010
5.3.9.4.	Extensão das faculdades do proprietário (limites ao direito de propriedade).....	1010
5.3.9.5.	Limitações às faculdades jurídicas do proprietário	1012
5.3.9.6.	Os acessórios da propriedade	1013
5.3.9.7.	Expropriação privada – (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC).....	1013

5.3.9.8.	Da descoberta.....	1013
5.3.9.8.1.	Caracterização da descoberta.....	1014
5.3.9.8.2.	Direito de recompensa.....	1014
5.3.9.8.3.	Responsabilidade do descobridor.....	1014
5.3.9.8.4.	Ato da autoridade competente para localizar o dono ou o legítimo possuidor e procedimento.....	1014
5.4.	Modos de aquisição da propriedade imóvel.....	1015
5.4.1.	Introdução.....	1015
5.4.2.	Registro.....	1016
5.4.2.1.	Natureza e características.....	1016
5.4.2.2.	● registro, o direito de propriedade constituído em favor de terceiros e a questão da boa fé.....	1017
5.4.2.3.	Atributos do registro.....	1019
5.4.2.4.	Distinção necessária entre vício no título e vício no registro.....	1021
5.4.3.	Da usucapião.....	1022
5.4.3.1.	Noções preliminares.....	1022
5.4.3.2.	Aquisição originária ou derivada da propriedade?.....	1022
5.4.3.3.	Fundamento da usucapião (posse e função social).....	1023
5.4.3.4.	Requisitos da usucapião (teoria geral da usucapião).....	1024
5.4.3.4.1.	Requisitos genéricos da usucapião.....	1024
5.4.3.4.1.1.	Requisitos formais genéricos ou comuns (posse <i>ad usucapionem</i> e tempo).....	1030
5.4.3.4.2.	Requisitos formais específicos (cada espécie de usucapião possui requisitos próprios): as espécies de usucapião.....	1032
5.4.3.4.2.1.	Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	1032
5.4.3.4.2.2.	Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	1034
5.4.3.4.2.3.	Usucapião especial rural ou <i>pro labore</i> (arts. 1.239 do CC e 191 da CF/88).....	1036
5.4.3.4.2.4.	Usucapião especial urbano ou <i>pro moradia</i> (art. 1.240 do CC, art. 183 da CF/88 e art. 9º do Estatuto da Cidade)....	1039
5.4.3.4.2.5.	Usucapião especial urbano coletivo (art. 10 do Estatuto da Cidade).....	1041
5.4.3.4.2.6.	Usucapião especial urbano residencial familiar (art. 1.240-A do CC, introduzido pela Lei n. 12.424/2011).....	1043
5.4.3.4.2.7.	Usucapião indígena (art. 33 do Estatuto do Índio).....	1045
5.4.3.4.2.8.	Usucapião tabular (art. 214, § 5º, da Lei n. 6.015/73)....	1045
5.4.3.4.2.9.	Usucapião e regularização fundiária – Lei n. 13.465/2017.....	1046
5.4.3.4.2.10.	Usucapião de quilombolas.....	1048
5.4.3.5.	Algumas breves questões processuais relativas à ação de usucapião.....	1048
5.4.3.6.	Usucapião e direito intertemporal.....	1049
5.4.3.7.	Usucapião “administrativo” – art. 1.071 do CPC.....	1049
5.4.4.	Acessão.....	1050
5.4.4.1.	Acessão de móvel a móvel (acessões naturais) – Incorporação de imóvel a imóvel.....	1051
5.4.4.1.1.	Formação de ilhas.....	1051
5.4.4.1.2.	Aluvião.....	1052
5.4.4.1.3.	Avulsão.....	1053
5.4.4.1.4.	Álveo abandonado.....	1053
5.4.4.2.	Acessões artificiais (construções e plantações) – de móvel a imóvel.....	1054
5.4.4.2.1.	Introdução.....	1054
5.4.4.2.2.	Não coincidência entre a titularidade do móvel (sementes e materiais) e a titularidade do imóvel (solo).....	1055
5.4.4.3.	Acessão invertida e função social da posse.....	1057
5.4.4.4.	Regras sobre invasão de pequena área ou invasão de extensa área ou desapropriação no interesse privado.....	1058
5.4.4.4.1.	Invasão parcial de pequena área (art. 1.258 do CC).....	1058

	5.4.4.4.2. Invasão parcial de extensa área (art. 1.259 do CC).....	1059
5.5.	Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1060
5.5.1.	Introdução.....	1060
5.5.2.	Ocupação.....	1060
5.5.3.	Achado de tesouro.....	1061
5.5.4.	Tradição.....	1062
5.5.5.	Especificação.....	1064
5.5.6.	Confusão, comissão e adjunção.....	1066
5.5.7.	Usucapião.....	1067
5.6.	Modos de perda da propriedade.....	1067
5.6.1.	Introdução.....	1067
5.6.2.	Propriedade resolúvel e propriedade <i>ad tempus</i> (arts. 1.359 e 1.360 do CC).....	1071
5.6.3.	Propriedade aparente.....	1074
5.6.4.	Propriedade fiduciária (direito real de garantia sobre coisa própria).....	1075
5.6.4.1.	Introdução.....	1075
5.6.4.2.	Conceito de propriedade fiduciária sob a perspectiva do Código Civil.....	1076
5.6.4.3.	Elementos: sujeitos, objeto e natureza jurídica da propriedade fiduciária sob a perspectiva do Código Civil.....	1077
5.6.5.	Constituição da propriedade fiduciária.....	1079
5.7.	Características da propriedade fiduciária.....	1081
5.7.1.	Propriedade fiduciária como propriedade resolúvel.....	1081
5.7.2.	Propriedade fiduciária e o desdobramento da posse direta em indireta.....	1081
5.7.3.	Propriedade fiduciária como patrimônio de afetação.....	1082
5.7.4.	Consequências do inadimplemento do devedor e a vedação do pacto comissório.....	1083
5.7.5.	A propriedade fiduciária e as regras dos direitos reais de garantia em coisa alheia.....	1085
5.7.6.	Ação de busca e apreensão (direito processual, objeto do Decreto-lei n. 911/69, com as alterações da Lei n. 10.931/2004).....	1086
5.7.7.	Propriedade fiduciária de bens imóveis.....	1087
5.8.	Propriedade superficiária.....	1091
5.8.1.	Introdução.....	1091
5.8.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1092
5.8.3.	Objeto do direito de superfície no Código Civil e a superfície por cisão.....	1093
5.8.4.	Modo de constituição da propriedade superficiária.....	1094
5.8.5.	A gratuidade ou onerosidade do direito de superfície.....	1095
5.8.6.	Responsabilidade pelos encargos e tributos.....	1095
5.8.7.	A transferência do direito de superfície por ato <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i>	1096
5.8.8.	O direito de preferência e a alienação do imóvel ou da propriedade superficiária.....	1096
5.8.9.	Extinção do direito de superfície (Código Civil).....	1097
5.8.10.	Efeitos da extinção do direito de superfície.....	1098
5.8.11.	Extinção do direito de superfície por desapropriação e efeitos.....	1099
5.8.12.	O direito de superfície constituído por pessoa jurídica de direito público interno.....	1099
5.8.13.	Direito de superfície e o CPC de 2015.....	1100
5.9.	Direitos de vizinhança.....	1101
5.9.1.	Introdução.....	1101
5.9.2.	Uso anormal da propriedade e regras de vizinhança.....	1101
5.9.3.	Árvores limitrofes.....	1105
5.9.4.	Passagem forçada.....	1106
5.9.5.	Da passagem de cabos e tubulações.....	1107
5.9.6.	Das águas.....	1107
5.9.7.	Dos limites entre prédios e o direito de tapagem.....	1110
5.9.8.	Direito de construir.....	1112
5.10.	Condomínio.....	1115
5.10.1.	Introdução ao condomínio e noções preliminares.....	1115
5.10.1.1.	Fontes ou origem do condomínio.....	1117
5.10.2.	Natureza jurídica.....	1118
5.10.3.	Conteúdo do condomínio e da comunhão de interesses.....	1118

5.10.4.	Exercício do condomínio – deveres e obrigações.....	1120
5.10.5.	Extinção do condomínio voluntário.....	1122
5.10.6.	Administração do condomínio.....	1123
5.10.7.	Do condomínio necessário	1125
5.10.8.	Condomínio edilício	1126
5.10.8.1.	Considerações preliminares e noção geral (art. 1.331 do CC).....	1126
5.10.8.2.	Natureza jurídica.....	1127
5.10.8.3.	A instituição e constituição do condomínio edilício e o dever de pagar contribuições condominiais.....	1128
5.10.8.4.	Direitos e deveres dos condôminos (arts. 1.335 e 1.336 e 1.340 a 1.346 do CC)	1131
5.10.8.5.	As sanções punitivas condominiais e outras questões relativas ao condomínio edilício	1132
5.10.8.6.	Administração do condomínio edilício.....	1132
5.10.8.7.	Extinção.....	1134
5.10.8.8.	Questões polêmicas.....	1135
5.10.8.9.	O loteamento fechado de acesso controlado, condomínio de fato e o condomínio de lotes. Art. 1.358-A	1135
5.11.	Direitos reais sobre coisa alheia (<i>juris in re aliena</i>).....	1136
5.11.1.	Servidão predial	1136
5.11.1.1.	Servidão e função social da propriedade	1137
5.11.1.2.	Servidão predial e fundamento.....	1138
5.11.1.3.	Servidão predial e breve comentário sobre a evolução histórica.....	1138
5.11.1.4.	Conceito, objeto e características da servidão predial.....	1138
5.11.1.5.	Servidão e perpetuidade	1139
5.11.1.6.	Atipicidade da servidão	1140
5.11.1.7.	Não presunção da servidão predial	1140
5.11.1.8.	Modos de constituição das servidões prediais.....	1140
5.11.1.9.	Servidão administrativa.....	1141
5.11.1.10.	Classificação das servidões	1142
5.11.1.11.	Distinções da servidão com os direitos de vizinhança	1142
5.11.1.12.	Exercício da servidão.....	1143
5.11.1.13.	Remoção da servidão predial	1143
5.11.1.14.	Limites da servidão	1143
5.11.1.15.	Extinção das servidões	1144
5.11.1.16.	Tutela processual das servidões	1145
5.11.2.	Usufruto.....	1146
5.11.2.1.	Introdução e noções preliminares.....	1146
5.11.2.2.	Características do usufruto	1147
5.11.2.3.	Objeto do usufruto	1147
5.11.2.3.1.	Bens consumíveis e usufruto impróprio (quase usufruto).....	1148
5.11.2.3.2.	Usufruto e a existência de florestas e recursos minerais.....	1149
5.11.2.3.3.	Usufruto e títulos de crédito.....	1150
5.11.2.4.	Usufruto e transferência do direito real (caráter personalíssimo).....	1150
5.11.2.5.	Modos de constituição do usufruto.....	1151
5.11.2.6.	Direitos do usufrutuário.....	1151
5.11.2.7.	Deveres do usufrutuário	1153
5.11.2.8.	Extinção do usufruto.....	1155
5.11.3.	Uso.....	1156
5.11.4.	Direito real de habitação.....	1157
5.11.5.	Enfiteuse	1158
5.12.	Direito do promitente comprador do imóvel.....	1158
5.12.1.	Direito do promitente comprador no ordenamento jurídico brasileiro.....	1158
5.13.	A concessão de direito real de uso e a concessão de uso especial para fins de moradia	1161
5.13.1.	Noção e características	1161
5.13.2.	Direito real de laje	1163

5.14.	Direitos reais de garantia sobre coisa alheia	1165
5.14.1.	Considerações preliminares.....	1165
5.14.2.	Requisitos (objetivos, subjetivos e formais)	1166
5.14.3.	Efeitos da garantia real – princípios e regras comuns à hipoteca, penhora e anticrese.....	1168
5.14.3.1.	Sequela e aderência (sujeição, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação).....	1168
5.14.3.2.	Excussão e vedação do pacto comissório.....	1168
5.14.3.3.	Indivisibilidade.....	1170
5.14.3.4.	Sub-rogação	1170
5.14.3.5.	Preferência (prelação).....	1171
5.14.3.6.	Especialização.....	1172
5.14.4.	Espécies: direitos reais de garantia sobre coisa alheia. Penhor, hipoteca e anticrese. Regras especiais	1172
5.14.4.1.	Penhor – conceito e noções gerais.....	1172
5.14.4.1.1.	Características do penhor.....	1173
5.14.4.1.2.	Causas de extinção do penhor	1175
5.14.4.1.3.	Espécies de penhor.....	1176
5.14.4.2.	Hipoteca – noções gerais, objeto e extensão da garantia	1178
5.14.4.2.1.	Regras especiais sobre a hipoteca	1180
5.14.4.2.2.	Espécies de hipoteca	1181
5.14.4.2.3.	Registro da hipoteca	1181
5.14.4.2.4.	Extinção da hipoteca.....	1182
5.14.4.2.5.	Hipoteca de vias férreas.....	1182
5.14.4.2.6.	Anticrese	1182

6. FAMÍLIA

6.1.	Família contemporânea – princípios constitucionais	1184
6.1.1.	Princípios constitucionais e a nova concepção de família (efeito pós-positivismo).....	1184
6.1.2.	Família e o “afeto”: O afeto é princípio jurídico?.....	1185
6.1.3.	O direito de família e outros valores sociais constitucionais.....	1187
6.1.4.	Família e princípios constitucionais.....	1187
6.1.5.	Os modelos de família (espécies de entidades familiares): princípio da pluralidade de modelos familiares.....	1188
6.1.6.	Família simultânea e poliamor	1191
6.2.	Evolução histórica da família (da “família instituição” para a “família instrumento”).....	1192
6.2.1.	Relações familiares e evolução da família – da “família tradicional” para a “família contemporânea”	1192
6.3.	Teoria do casamento	1194
6.3.1.	Casamento – introdução e noção geral.....	1194
6.3.2.	Natureza jurídica do casamento – teorias	1194
6.3.3.	Casamento civil e casamento religioso com efeitos civis	1196
6.3.4.	Características e pressupostos para o casamento.....	1197
6.3.5.	Capacidade (e não legítimidade) para o casamento: capacidade matrimonial	1198
6.3.6.	Impedimentos que invalidam o casamento (nulidade – violação de interesse público).....	1201
6.3.7.	Causas suspensivas (sanção que repercute no regime de bens).....	1203
6.3.8.	Processo de habilitação do casamento.....	1204
6.3.9.	Procedimento para celebração do casamento.....	1206
6.3.10.	Hipóteses especiais para a celebração do casamento.....	1207
6.3.10.1.	Moléstia grave e iminente risco para a vida de um dos nubentes: casamento nuncupativo.....	1207
6.3.10.2.	Casamento por procuração	1209
6.3.10.3.	Casamento consular	1209
6.3.11.	Provas do casamento	1210
6.3.12.	Teoria da invalidade do casamento (causas originárias): introdução	1211
6.3.12.1.	Hipóteses de nulidade do casamento e legítimidade (nulidade).....	1212
6.3.12.2.	Hipóteses de anulação do casamento e legítimidade	1214

6.3.13.	Efeitos da invalidade do casamento e o casamento putativo.....	1219
6.3.14.	Eficácia do casamento (efeitos jurídicos do casamento válido – sociais, pessoais e patrimoniais)	1221
6.4.	Estatuto patrimonial dos cônjuges – pacto antenupcial e regime de bens	1226
6.4.1.	Teoria do direito patrimonial (regime de bens entre cônjuges): estatuto patrimonial do casamento	1226
6.4.2.	Características do regime de bens e o princípio da liberdade de escolha	1228
6.4.3.	Regime legal e regime convencional: a variedade de regimes e a combinação de elementos de regimes diferentes	1228
6.4.4.	Alteração do regime de bens durante a sociedade conjugal: Possibilidade? Motivação e intervenção judicial (requisitos questionáveis).....	1229
6.4.5.	Hipóteses legais do regime de separação (separação obrigatória e legal): exceção à liberdade de escolha do regime de bens.....	1230
6.4.5.1.	O regime da separação obrigatória de bens e a Súmula 377 do STF (a possibilidade de pacto antenupcial e a questão do esforço comum em relação aos aquestos).....	1232
6.4.6.	Atos de mera gestão ou administração: atos praticados pelos cônjuges durante a sociedade conjugal em relação aos bens que prescindem de vênia conjugal – relação com os regimes de bens e a desnecessidade de vênia conjugal.....	1233
6.4.6.1.	Os atos jurídicos que independem de autorização do cônjuge no âmbito doméstico (arts. 1.643 e 1.644 do CC)	1236
6.4.6.2.	Atos de disposição patrimonial: atos praticados pelo cônjuge que dependem de vênia (consentimento) conjugal	1236
6.4.6.3.	Os atos praticados por um dos cônjuges sem autorização do outro e a tutela dos terceiros de boa-fé prejudicados pela invalidação destes negócios jurídicos	1239
6.4.6.4.	Legitimidade para as hipóteses previstas nos arts. 1.642, III, IV e V, e 1.647, III e IV, CC.....	1239
6.4.6.5.	Efeitos jurídicos da ausência do cônjuge quando necessária (anulação). A outorga e o suprimento de consentimento: a decretação da invalidade dos atos praticados sem outorga ou sem consentimento do juiz	1239
6.4.6.6.	O art. 1.647, inciso I, e a Lei n. 14.118/2021 (Programa “Casa Verde e Amarela”)	1240
6.4.7.	União estável e exigência de outorga ou autorização para administração de bens ou atos de disposição patrimonial.....	1241
6.4.8.	Impossibilidade do exercício da administração dos bens por um dos cônjuges e efeitos	1242
6.4.9.	Pacto antenupcial: noções gerais, formalidades essenciais e questões especiais.....	1242
6.4.10.	Espécies de regime de bens: variedade de regimes	1244
6.4.10.1.	O regime da comunhão parcial de bens	1245
6.4.10.2.	O regime da comunhão universal de bens	1250
6.4.10.3.	O regime da separação convencional de bens.....	1250
6.4.10.4.	O regime da participação final dos aquestos	1251
6.5.	Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial – causas supervenientes ao casamento válido	1252
6.5.1.	Noções gerais.....	1252
6.5.2.	Causas supervenientes ao casamento válido: causas legais.....	1254
6.5.3.	Separção judicial e polêmicas sobre a subsistência deste instituto (Tema 1.053 do STF)....	1255
6.5.4.	Divórcio	1258
6.5.4.1.	Evolução histórica e fundamento constitucional.....	1258
6.5.4.2.	Requisitos gerais.....	1259
6.5.4.3.	Aspectos processuais e materiais relevantes (natureza da demanda; intervenção obrigatória do MP; reconciliação do casal; foro privilegiado da mulher; sobre-nome; e a questão da necessidade, ou não, de prévia partilha)	1259
6.5.4.4.	Proteção dos filhos (guarda unilateral e guarda compartilhada)	1261
6.5.5.	A morte real e a morte presumida como causas de dissolução do vínculo matrimonial.....	1264
6.6.	Adoção	1266
6.7.	Poder familiar.....	1268

6.7.1.	Noções gerais	1268
6.7.2.	Exercício do poder familiar.....	1269
6.7.3.	Causas de suspensão e extinção do poder familiar	1271
6.7.4.	Teoria da alienação parental – Lei n. 12.318/2010.....	1273
6.8.	Família e relações de parentesco.....	1275
6.8.1.	Relações de parentesco: disposições gerais.....	1275
6.9.	Família e teoria da filiação.....	1278
6.9.1.	Noções gerais e o princípio da não discriminação.....	1278
6.9.2.	Filiação e os critérios da presunção legal, biológica e afetiva.....	1279
6.9.3.	Multiparentalidade (pluralidade de vínculos).....	1280
6.9.4.	A filiação e o casamento: o critério da presunção legal.....	1282
6.9.5.	A presunção <i>pater is est</i> nas técnicas de reprodução assistida: a filiação e os métodos de reprodução assistida.....	1283
6.9.5.1.	Reprodução homóloga.....	1284
6.9.5.2.	Reprodução heteróloga.....	1285
6.9.6.	Legitimidade para contestar a paternidade.....	1286
6.9.7.	Reconhecimento de filhos – introdução.....	1286
6.9.7.1.	Reconhecimento voluntário dos filhos.....	1286
6.9.7.2.	Reconhecimento forçado dos filhos: ação de investigação de paternidade ou de maternidade.....	1287
6.9.8.	Questões processuais relevantes da ação de paternidade (legitimidade ativa e passiva, litisconsórcio, intervenção do Ministério Público, competência, revelia, prova, sentença, recursos e coisa julgada).....	1288
6.9.9.	Ação de investigação de ancestralidade (origem genética) de parentalidade: distinções.....	1291
6.9.10.	Prova da filiação; possibilidade da posse do estado de filho e a paternidade socioafetiva....	1291
6.9.11.	Questões específicas do filho havido fora do casamento, lar conjugal e guarda.....	1293
6.9.12.	O casamento nulo e a filiação.....	1293
6.9.13.	Resumo da teoria da filiação (temas relevantes).....	1294
6.10.	Usufruto e administração dos bens dos filhos menores.....	1295
6.10.1.	Atos de disposição patrimonial: limites dos poderes dos pais e intervenção judicial.....	1295
6.10.2.	Hipóteses de exclusão do direito de administração dos bens dos pais.....	1296
6.11.	A teoria dos alimentos.....	1296
6.11.1.	Noções gerais.....	1296
6.11.2.	Natureza jurídica dos alimentos.....	1297
6.11.3.	Alimentos e a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana.....	1298
6.11.4.	As principais características dos alimentos.....	1299
6.11.4.1.	Personalíssimos.....	1300
6.11.4.2.	Transmissibilidade.....	1300
6.11.4.3.	Irrenunciabilidade.....	1302
6.11.4.4.	Atualidade.....	1302
6.11.4.5.	Futuridade.....	1303
6.11.4.6.	Imprescritibilidade.....	1303
6.11.4.7.	Não solidariedade.....	1303
6.11.4.8.	Irrepetibilidade.....	1304
6.11.4.9.	Incompensabilidade.....	1304
6.11.4.10.	Impenhorabilidade.....	1305
6.11.5.	Os sujeitos ativo e passivo da obrigação alimentar (noções gerais – reciprocidade).....	1305
6.11.6.	A divisibilidade da obrigação alimentar e a natureza da intervenção subjetiva prevista no art. 1.698 do CC.....	1306
6.11.7.	Alimentos entre cônjuges, alimentos entre companheiros e alimentos decorrentes da relação de parentesco.....	1307
6.11.7.1.	Alimentos em razão da relação de parentesco (descendentes, ascendentes, nascituro, avoenga, guarda e tutela, irmãos e parentes colaterais).....	1307
6.11.7.2.	Os alimentos em favor do descendente maior e capaz.....	1308
6.11.7.3.	Alimentos em favor de ascendentes: idosos e não idosos.....	1309
6.11.7.4.	Alimentos avoengos.....	1309

6.11.7.5.	Alimentos gravídicos.....	1309
6.11.7.6.	Alimentos em razão de guarda e tutela.....	1310
6.11.7.7.	Alimentos entre irmãos.....	1311
6.11.7.8.	Alimentos entre companheiros.....	1311
6.11.7.9.	Alimentos entre cônjuges.....	1311
6.11.7.10.	Crerios para a fixação do <i>quantum</i>	1313
6.11.8.	Parentalidade alimentar.....	1313
6.11.9.	Revisão de alimentos.....	1313
6.11.10.	A questão do procedimento indigno do credor em relação ao devedor.....	1314
6.11.11.	Espécies de alimentos (quanto à origem e natureza).....	1314
6.11.12.	Aspectos processuais dos alimentos.....	1315
6.11.13.	Procedimento da ação de alimentos e da ação de oferta de alimentos.....	1317
6.11.14.	Procedimento da execução dos alimentos (análise comparativa entre o CPC/73 e o CPC/2015).....	1317
6.12.	Bem de família.....	1318
6.12.1.	Bem de família convencional: vinculação com a teoria do patrimônio mínimo.....	1318
6.12.2.	Quem possui legitimidade para instituir o bem de família voluntário e qual a formalidade para tanto?.....	1319
6.12.3.	Limites da constituição do bem de família.....	1319
6.12.4.	Objeto do bem de família voluntário. Que bem poderá ser considerado de família?.....	1319
6.12.5.	Isonções relativas ao bem de família e exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	1320
6.12.6.	Desvio de finalidade do bem de família.....	1320
6.12.7.	Impossibilidade de manutenção do bem de família.....	1321
6.12.8.	Administração do bem de família, o bem de família e a dissolução da unidade familiar, e a extinção do bem de família.....	1321
6.12.9.	A Lei n. 8.009/90 e o bem de família legal.....	1321
6.13.	União estável.....	1322
6.13.1.	Evolução histórica – de família “ilegítima” até ser considerada entidade familiar reconhecida e tutelada pelo Estado (art. 226 da CF/88).....	1322
6.13.2.	Pressupostos para a caracterização da união estável como entidade familiar.....	1325
6.13.3.	Relações pessoais entre companheiros.....	1327
6.13.4.	Estatuto patrimonial na união estável.....	1327
6.13.5.	União estável e concubinato.....	1328
6.13.6.	Alimentos e sucessão entre companheiros.....	1329
6.14.	Tutela.....	1330
6.14.1.	Noções gerais.....	1330
6.14.2.	Tutela por nomeação dos pais (documental e testamentária) e tutela legítima.....	1331
6.14.3.	Tutor nomeado pelo juiz (tutela dativa).....	1331
6.14.4.	Tutela para irmãos órfãos.....	1331
6.14.5.	Ausência de legitimação para o exercício da tutela: impedidos de serem tutores.....	1332
6.14.6.	A legítima escusa dos tutores.....	1332
6.14.7.	Exercício da tutela.....	1333
6.14.8.	Os bens do tutelado.....	1335
6.14.9.	Prestações de contas pelo tutor.....	1335
6.14.10.	Cessação da tutela.....	1335
6.15.	Curatela.....	1336
6.15.1.	Noções gerais.....	1336
6.15.2.	Interdição e legitimidade.....	1337
6.15.3.	Interdição e procedimento.....	1338
6.15.4.	Curatela e as regras da tutela.....	1340
6.15.5.	Legitimidade para ser curador (quem pode ser nomeado curador das pessoas que serão submetidas ao regime jurídico da curatela – art. 1.767 do CC).....	1340
6.15.6.	Curatela do nascituro, enfermo e deficiente físico.....	1341
6.15.7.	Exercício da curatela.....	1341
6.15.8.	Da tomada de decisão apoiada.....	1343

7. SUCESSÕES

7.1. Noções gerais: a sucessão sob a perspectiva civil-constitucional (direito fundamental à herança).....	1345
7.2. Pressupostos para abertura da sucessão: morte real ou presumida.....	1346
7.3. Conceito de herança: objeto da herança e diferença entre meação e herança e herança e espólio	1346
7.4. Efeito jurídico decorrente da abertura da sucessão (<i>saisine</i> e seus efeitos).....	1348
7.5. Espécies de sucessores: legítimos (herdeiros necessários e não necessários/ facultativos) e testamentários (herdeiros ou legatários).....	1349
7.5.1. Herdeiros necessários e direito à legítima (proteção da legítima nas doações e testamentos).....	1349
7.5.2. Cálculo da legítima (direito dos herdeiros necessários).....	1351
7.5.3. A justa causa na sucessão testamentária como requisito necessário para a inserção de cláusula restritiva (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade) sobre os bens da legítima.....	1353
7.5.4. Herdeiro necessário: coexistência da parte disponível com a legítima.....	1354
7.5.5. Modo de exclusão de herdeiros colaterais.....	1354
7.5.6. Comoriência.....	1354
7.6. O direito de representação (em favor de descendentes e filhos de irmãos): exceção em que o herdeiro mais próximo exclui o mais remoto	1354
7.6.1. Direito do representante e a partilha do quinhão.....	1355
7.6.2. O renunciante à herança de uma pessoa não perde o direito de representá-la na sucessão de outra (a renúncia não é sanção civil, ao contrário da indignidade e da deserdação).....	1356
7.7. Lugar da sucessão	1356
7.8. Espécies de sucessão: legítima e testamentária	1356
7.9. A Sucessão legítima e o seu caráter supletivo – a coexistência de sucessão legítima e testamentária	1357
7.10. Sucessão testamentária e limites na autonomia privada do testador (proteção à legítima).....	1357
7.11. Lei da sucessão e legítima sucessória	1358
7.12. Vocação hereditária (capacidade sucessória – sucessão legítima e testamentária).....	1358
7.12.1. Noções gerais	1358
7.12.2. Capacidade sucessória na sucessão legítima e na testamentária: peculiaridades.....	1359
7.12.3. A ausência de legitimidade para receber herança na sucessão testamentária (quem não pode ser nomeado herdeiro nem legatário) e a sanção pela inobservância da regra proibitiva.....	1362
7.12.4. Sucessão testamentária e igualdade entre filhos	1364
7.13. Herança e administração	1364
7.13.1. Responsabilidade dos herdeiros quanto às obrigações do titular da herança	1366
7.13.2. Herança e a cessão de direitos hereditários (pressupostos objetivos, temporal e subjetivos). A cessão de direitos hereditários e os bens jurídicos individualizados (ineficácia). A cessão de direitos hereditários e o direito de acrescer e a substituição.....	1366
7.13.3. A cessão dos direitos hereditários e a tutela do direito de preferência em favor de herdeiro.....	1368
7.14. Da aceitação e da renúncia da herança.....	1368
7.14.1. Características da aceitação da herança.....	1369
7.14.2. Falecimento de sucessor (herdeiro/legatário) antes de aceitar a herança: consequências	1371
7.14.3. Renúncia da herança: natureza jurídica, capacidade e formalidade.....	1372
7.14.4. Diferença entre renúncia abdicativa e renúncia translativa	1374
7.14.5. Efeitos da renúncia à herança na sucessão legítima e na sucessão testamentária	1374
7.14.6. Renúncia e representação do herdeiro do renunciante	1375
7.14.7. Ineficácia da renúncia da herança em detrimento de credores (tutela do crédito).....	1376
7.15. Dos excluídos da sucessão legítima e testamentária: indignidade.....	1376
7.15.1. Hipóteses de indignidade.....	1377
7.15.2. Modo de exclusão do indigno e legitimidade para requerer a exclusão.....	1378
7.15.3. Efeitos pessoais da exclusão e a perda do direito de administração e usufruto em relação aos filhos menores	1379

7.15.4.	Os atos de disposição patrimonial praticados pelo indigno antes da exclusão e a tutela do terceiro de boa-fé.....	1379
7.15.5.	A reabilitação do indigno.....	1379
7.16.	Da herança jacente e a declaração de vacância.....	1380
7.17.	Da petição de herança.....	1382
7.18.	Sucessão legítima.....	1384
7.18.1.	Disposições gerais: noções e fundamentos.....	1384
7.18.2.	A ordem de vocação hereditária (legal).....	1387
7.18.3.	Hipóteses para a incidência da sucessão legítima.....	1389
7.18.4.	A sucessão dos descendentes: regras gerais (cabeça e estirpe) e as hipóteses de concorrência com o cônjuge.....	1389
7.18.5.	A sucessão dos ascendentes: regras internas de preferência (direito próprio e divisão por linhas) e a necessária concorrência com o cônjuge.....	1390
7.18.6.	A sucessão do cônjuge: pressupostos para ser herdeiro; o instituto da concorrência e o direito de concorrência eventual com descendentes.....	1391
7.18.6.1.	Comunhão universal e concorrência sucessória.....	1394
7.18.6.2.	Separação obrigatória e separação convencional (relação destes regimes com a concorrência sucessória).....	1395
7.18.6.3.	Concorrência sucessória com descendente e o regime da comunhão parcial de bens.....	1396
7.18.7.	A cota a que tem direito o cônjuge e o companheiro (após a decisão do STF) no caso de concorrer com descendentes.....	1398
7.18.8.	O direito de concorrência obrigatória com ascendentes. A cota a que tem direito o cônjuge (e o companheiro – após a decisão do STF – RE 646.721-RS e RE 878.694-MG) no caso de concorrer com ascendentes.....	1398
7.18.9.	A sucessão do cônjuge (e do companheiro) e o direito real de habitação.....	1399
7.18.10.	A sucessão dos colaterais (regras internas de preferência).....	1400
7.18.11.	A ausência de herdeiros legítimos e testamentários: jacência e vacância.....	1400
7.18.11.1.	Sucessão do companheiro.....	1400
7.19.	Sucessão testamentária: regras gerais sobre testamento e capacidade testamentária.....	1402
7.19.1.	Limites à vontade do testador, testamento, legítima (respeito à legítima e a possibilidade de coexistência com a sucessão testamentária) e disposição de caráter patrimonial.....	1405
7.19.1.1.	Testamento vital.....	1406
7.19.2.	Espécies de testamento: disposições gerais e regras sobre as espécies ordinárias.....	1406
7.19.2.1.	Testamento público.....	1407
7.19.2.2.	Testamento cerrado ou místico.....	1407
7.19.2.3.	Testamento particular ou holográfico.....	1408
7.20.	Codicilos.....	1409
7.21.	Testamentos especiais: disposições gerais.....	1410
7.21.1.	Testamento militar.....	1410
7.22.	Disposições testamentárias.....	1410
7.22.1.	Noções gerais.....	1410
7.22.2.	Cláusulas testamentárias e elementos acidentais (condição, termo e encargo).....	1411
7.22.3.	Regra geral de interpretação das disposições testamentárias.....	1412
7.22.4.	Nulidade das disposições testamentárias: hipóteses legais.....	1412
7.22.5.	Disposições testamentárias especiais e validade em função da causa.....	1413
7.22.6.	Disposições testamentárias e erro na designação do herdeiro, do legatário ou do legado.....	1414
7.22.7.	Disposições testamentárias e regras especiais.....	1415
7.22.8.	Disposições testamentárias e vícios de consentimento.....	1415
7.22.9.	Disposições testamentárias e cláusulas restritivas: extensão.....	1416
7.22.10.	O instituto das “reduções” e a conexão com o testamento e a doação.....	1417
7.23.	Legado: disposições gerais.....	1417
7.23.1.	Legado e encargo (exceção de que a coisa deve pertencer ao testador no momento da abertura da sucessão).....	1419
7.23.2.	Legado de coisa que se determina pelo gênero (exceção de que a coisa legada não precisa pertencer ao patrimônio do testador no momento da abertura da sucessão).....	1420

7.23.3. Legado de coisa e lugar	1420
7.23.4. Legado de crédito ou de quitação de dívida	1420
7.23.5. Legado de alimentos	1421
7.23.6. Legado de usufruto	1421
7.23.7. Legado de imóvel	1421
7.24. Dos efeitos do legado	1421
7.24.1. Efeitos e litúrgio sobre legado	1422
7.24.2. Efeitos – legado em dinheiro e renda vitalícia	1422
7.24.3. Legado em prestações periódicas	1423
7.24.4. Legado alternativo	1423
7.25. Cumprimento dos legados	1423
7.26. Da caducidade dos legados	1424
7.27. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1425
7.28. Substituições testamentárias: vulgar e recíproca	1427
7.29. Da deserdação e da indignidade	1430
7.30. Revogação do testamento	1432
7.31. Rompimento do testamento	1432
7.31.1. Testamenteiro	1433
7.31.2. Resumo da teoria geral do testamento (questões relevantes)	1434
7.32. Inventário e partilha	1435
7.33. Sonogados	1437
7.34. Do pagamento das dívidas	1438
7.35. Da colação	1439
7.35.1. Cálculo da legítima e colação	1442
7.36. Partilha	1445
7.36.1. Garantia dos quinhões hereditários	1446
7.36.2. Anulação da partilha	1446
<i>Referências bibliográficas</i>	1447